



PROFHISTÓRIA

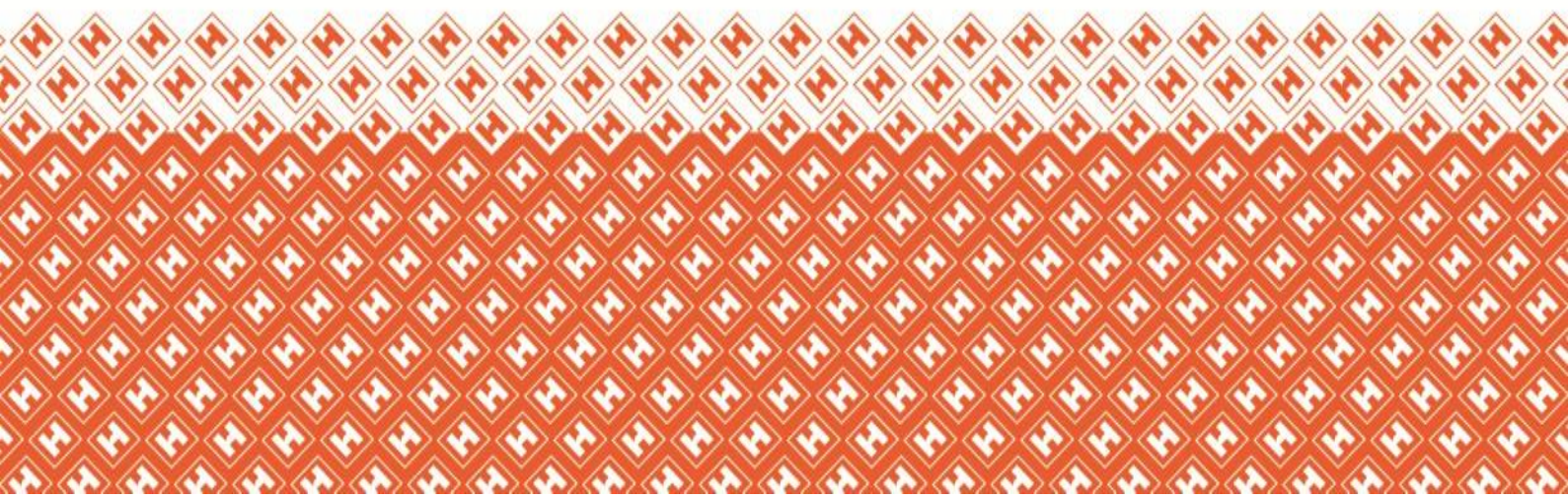
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

PAULO HENRIQUE SILVÉRIO

**A DÁDIVA ENTRE GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

2025



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/Uesb

Paulo Henrique Silvério

A dádiva entre grupos indígenas do Brasil: uma proposta pedagógica para o ensino de História Indígena

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho.

FICHA CATALOGRÁFICA

S592d

Silvério, Paulo Henrique.

A dádiva entre grupos indígenas do Brasil: uma proposta pedagógica para o ensino de história indígena. / Paulo Henrique Silvério, 2025.
145f.

Orientador (a): Dr. Alexandre Galvão Carvalho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de

História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 119 – 128

1. Dádiva. 2. Economia. 3. Ensino de História. 4. História indígena. 5. Lei

11645/2008. I. Carvalho, Alexandre Galvão. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória.

III. T.

CDD 980.41

Catálogo na fonte: **Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134**
Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Henrique Silvério

A dádiva entre grupos indígenas do Brasil: uma proposta pedagógica para o ensino de História Indígena

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional e Ensino de História - ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Mestrado Profissional em Ensino de História.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho. (UESB)
(Orientador)**

Prof. Dra. Marina Regis Cavicchioli. (UFBA)

Profa. Dr. Jorgeval Andrade Borges. (UESB)

Data da aprovação: 10 de Junho de 2025.

Às Etnias Indígenas, com as quais temos muito a aprender.

AGRADECIMENTOS

Chego ao final de mais um ciclo, que é o Mestrado, não foi fácil, como muitas coisas em minha vida não são. Deixei meu estado natal em 2019, o Paraná, e rumei em busca de novos caminhos, passei pouco tempo no Espírito Santo, e aqui estou na Bahia, lugar que amo. Nesse meu caminho apesar das dificuldades, tenho que agradecer e muito as pessoas que contribuíram para que pudesse chegar a mais uma etapa na minha vida.

À minha mãe Adriana Silvério, que não mediu esforços para minha escolarização; à minha Tia Carminha, que dediquei meu TCC, e que matriculou na escola. Meu padraсто Waldemar, que me ajudou com a disciplina. Ao tio Edinho, que encontrou tantas dificuldades em seu caminho e que sempre me incentivou e cobrou em relação aos estudos. Aqui em Trancoso quero mandar um abraço a duas pessoas, ao Pescador Tio Carreiro e à Professora Jane, que foram muito importantes nesse lugar que vivo e amo.

Outra pessoa formidável em minha vida, e no momento que escrevo esses agradecimentos, está presente aqui comigo, como também esteve ao longo de toda minha graduação em História, Jorge Gomes, com o qual compartilho das minhas tristezas e também minhas alegrias, um abraço Paizão. Por Falar em graduação, agradeço a um Professor, que se tornou meu amigo e me incentivou com o mestrado, valeu meu Xará Paulo Mello.

Em 2023, comecei o Mestrado e chego ao final graças a várias pessoas, que agora compartilho meus agradecimentos. Fiz esse Mestrado sem bolsa, (alô Capes, vamos rever esse processo de distribuição de bolsa). Agradeço à família Franco Luzzi, pois era o local que deixava minha moto em Eunápolis para seguir viagem de ônibus até Conquista. Um Xeroo a Dona Rosi, que me ajudou muito, fiquei em sua casa nas viagens para Vitória da Conquista no 1 semestre de 2023, que pessoa fantástica, sempre me acolheu bem, muito obrigado. Quero mandar um abraço para os queridos professores Tina, Avanete, Rita e Isnara que nos deixou recentemente, aprendi muito com elas em suas aulas. Agradeço também a professora Rayane pela colaboração.

O sistema é mau, mas minha turma de 2023 é legal, um abraço para vocês todos, seus lindos! Um carinho especial ao Francisco, que tanto me proporcionou um lugar pra ficar, como também muitas resenhas e risadas, um abraço pra você veinho.

À minha banca, pelas sugestões, elogios e críticas na minha qualificação, elas foram muito importantes para a Dissertação, obrigado Professor Dr. Jorgeval Andrade Borges e Professora Dra. Marina Regis Cavicchioli.

A esse ser humano fantástico, que é Professor Dr. Alexandre Galvão Carvalho, que sorte a minha, que nas pesquisas encontro pessoas como Alexandre. Tive aula com ele no mestrado, obrigado pelos ensinamentos. Posteriormente ele se ofereceu para orientar meu trabalho, gratidão meu bom amigo, desde sempre muito comprometido com o trabalho e os caminhos a seguir, Professor você é de verdade, bora jogar aquele *Baba*.

Finalizo aqui para mandar não um abraço, mas um beijo na boca do meu Amor Marylla Teixeira, ela que é tão importante pra mim, e que fez da minha vida algo leve e gostoso. Sem falar que é Professora, na etapa da educação, que penso ser a mais bonita de todas: a alfabetização; é lindo dar sentido às palavras. Obrigado vida por me proporcionar encontrar pessoas tão maravilhosas.

“O Dia mais desperdiçado é o dia que não rimos”

CHARLES CHAPLIN

RESUMO

As relações econômicas são processos construídos pelos seres humanos, que muitas vezes são naturalizadas pelas pessoas. A presente dissertação pretende discutir alternativas de trocas ao sistema capitalista, que tem levado à desigualdade social e concentração de renda. Pretende-se abordar as diversas formas de dádiva e contradádiva, que consistem no ato de dar, receber e retribuir em diferentes sociedades, com acento nas nações indígenas brasileiras. No seu “Ensaio sobre o Dom”, de 1922, Marcel Mauss utiliza o conceito de dádiva como elemento fundamental nas relações sociais em algumas sociedades capitalistas constituindo-se a dádiva em um fato social total por envolver as esferas econômica, social, religiosa e simbólica. Karl Polanyi aprofunda o conceito de reciprocidade entendendo-a como uma forma de integração social, em contraposição às sociedades dominadas pelo mercado. Marshall Sahlins estabelece em seu modelo teórico tipos de reciprocidade. Esses autores paradigmáticos servem de parâmetro para se pensar as relações de reciprocidade em grupos indígenas no Brasil, pouco explorada pela historiografia nacional. Esta dissertação apresenta uma proposta didática para se trabalhar o conceito de reciprocidade junto aos discentes, a partir das perspectivas teóricas de Mauss, Polanyi e Sahlins e de alguns trabalhos acadêmicos de etnografia sobre o tema em algumas comunidades indígenas brasileiras, bem como pensar uma abordagem para o ensino de história indígena.

Palavras-Chave: Dádiva. Economia. Ensino de História. História Indígena. Lei 11645/2008

ABSTRACT

Economic relations are processes built by human beings, which are often naturalized by people. This dissertation intends to discuss other exchange alternatives to the capitalist system, which has led to social inequality and income concentration. The aim is to address the different forms of gifts and counter-gifts, which consist of the act of giving, receiving and reciprocating in different societies, with an emphasis on Brazilian indigenous nations. In his “Essay on the Gift”, from 1922, Marcel Mauss uses the concept of gift as a fundamental element in social relations in some capitalist societies, making the gift a total social fact as it involves the economic, social, religious and symbolic spheres. Karl Polanyi deepens the concept of reciprocity, understanding it as a form of social integration, in contrast to societies dominated by the market. Marshall Sahlins establishes types of reciprocity in his theoretical model. These paradigmatic authors serve as a parameter for thinking about reciprocity relationships in indigenous groups in Brazil, little explored by national historiography. This dissertation presents a didactic proposal to work on the concept of reciprocity with students, based on the theoretical perspectives of Mauss, Polanyi and Sahlins and some academic ethnographic works on the topic in some Brazilian indigenous communities, as well as thinking about an approach to teaching indigenous history.

Keywords: Gift. Economy. History Teaching. Indigenous History. Law 11645/2008.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DRCB – DIRETRIZES REFERENCIAIS CURRICULARES DA BAHIA

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	17
2.1 LEI Nº11645/2008 E PARECER 14/2015.....	18
2.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC.....	22
2.3 DRCB.....	24
3 DÁDIVA, RECIPROCIDADE, DONS E CONTRADONS.....	27
3.1 POTLATCH E KULA: DOIS SISTEMAS PRIMORDIAIS DA DÁDIVA.....	29
3.2 O UTILITARISMO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	31
3.3 CONTRATO SOCIAL E DÁDIVA.....	32
3.4 CRÍTICAS À DÁDIVA.....	33
3.5 SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO NA DÁDIVA.....	35
3.6 O LAPSO TEMPORAL E OS TIPOS DE DÁDIVA.....	36
3.7 DÁDIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	38
4 A DÁDIVA NO ÂMBITO DA DISCIPLINA HISTÓRIA AFRO E CULTURA INDÍGENA.....	41
4.1 A DÁDIVA ENTRE POVOS INDÍGENAS DO BRASIL.....	41
4.2 JOPÓI – DÁDIVA.....	43
4.3 A’UWE-XAVANTE.....	45
5 PRODUTO DE ENSINO – SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	47
5.1 OBJETIVOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	47
Aula 1 - Roda de conversa sobre a economia e seu funcionamento.....	49
Aula 2 – Leitura dirigida dos Textos sobre a Dádiva.....	51
Aula 3 – Atividade resumo dos textos.....	52
Aula 4 – Feira da Dádiva.....	53
Aula 5 – Atividade autoavaliativa.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de experiência pessoal, pois sou um Professor que atua no Ensino Médio da rede estadual da Bahia. Trabalho com disciplinas da área de Ciências Humanas, dentre as que já ministrei uma que se chama “História Afro e Cultura Indígena”, amparada nas Diretrizes Referenciais Curriculares da Bahia – DRCB de 2022.

Entre 2017 e 2018 foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Desde então as unidades federativas ficaram responsáveis por elaborar Diretrizes Referenciais em consonância com o referida BNCC. Soma-se a isso a reforma do Ensino Médio ocorrida em 2017, a qual dividiu o Currículo em partes comum e diversificada. Com a elaboração da DRCB, a disciplina “História Afro e Cultura Indígena” ficou na parte diversificada.

Com sua obrigatoriedade em sala de aula, algumas questões e dificuldades surgiram, dentre elas a escassez de material didático para Professores e alunos, pois na DRCB, ela só possui a ementa, na qual o Professor tem uma vaga orientação do que ensinar e que caminho seguir. A partir dessa inquietação surgiu a motivação pessoal de contribuir com colegas de disciplina e alunos.

O meu foco será o trabalho com a temática indígena, que, a partir da Lei 11645/2008, se tornou obrigatória. Esse instrumento legal foi fruto de muitas lutas para o reconhecimento e valorização da História e Cultura Indígena. Esta dissertação procura atender a esses preceitos legais e exaltar o papel que as Etnias Indígenas têm na construção da nossa História, como protagonistas. Entre tantos aspectos, o nosso enfoque é o conceito da Dádiva, desenvolvido por Marcel Mauss em 1922 na sua obra “Ensaio sobre o Dom’.

Presente em diversas sociedades ao longo da história e persistente em muitas comunidades contemporâneas, especialmente entre povos indígenas, a dádiva representa não apenas uma forma alternativa de circulação de bens e serviços, mas um complexo fenômeno social que integra dimensões econômicas, culturais, religiosas e simbólicas. As Dádivas oferecidas são chamadas de *Dom*, e as retribuídas, de *Contradom*.

A problemática central que orienta esta dissertação articula-se em torno da seguinte questão: como as práticas de dádiva presentes em diversas etnias indígenas brasileiras podem ser compreendidas, valorizadas e ensinadas. Uma das questões que o processo de aprendizagem pode nos ensinar é a relação de profundo respeito com o meio ambiente, onde o acúmulo e lucro não figuram como objetivos primordiais.

Ao abordar a dádiva entre os indígenas brasileiros no ensino médio, são apresentados alguns desafios. Primeiramente, a já mencionada escassez de materiais didáticos que tratem do tema de forma aprofundada e acessível. Em segundo lugar, não cair em uma simplificação da Reciprocidade, para não desvincular seus significados como meras práticas culturais, mas sim como um sistema que abrange vários aspectos da vida em comunidade, a que Mauss (2008) define como Fato Social Total.

Outra questão é pensar as relações de Dádiva, em um contexto social e econômico, no qual os alunos estão inseridos, que é marcado por uma lógica de consumo e individualismo nas relações e mediadas pelo dinheiro. Como promover uma reflexão crítica sobre o sistema capitalista a partir do estudo da reciprocidade e evidenciar que a Dádiva não é mera idealização. Além disso, é preciso evidenciar que a dádiva é um sistema vivo que coexiste e interage com as estruturas do mercado e do Estado. Nossa proposta pedagógica é trabalhar não só o conceito, mas também que nossos alunos e alunas vivenciem isso na prática, os princípios da reciprocidade.

Para embasar a análise da Dádiva e a construção da proposta pedagógica, este trabalho se ampara no marco legal normativo acerca da temática indígena e a produção teórica e histórica sobre a dádiva. No âmbito legal e normativo, parte-se da Constituição Federal de 1988, que representou um marco no reconhecimento dos direitos indígenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e os documentos curriculares subsequentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, tornaram obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em toda a educação básica, além do Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 14/2015, que detalha as diretrizes para a implementação da Lei 11.645/2008. Por fim, no contexto específico da Bahia, as Diretrizes Referenciais Curriculares (DRCB) de 2022, que vão de encontro com as normativas supracitadas.

Do ponto de vista teórico, o conceito central de Dádiva é explorado a partir das contribuições de Marcel Mauss. Em "Ensaio sobre o Dom" (1922), Mauss analisa sistemas de "prestações totais" em sociedades ditas arcaicas, como o *Potlatch* no Noroeste Americano e o *Kula* na Melanésia. Ele identifica a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, que não são meramente trocas econômicas, mas que envolvem outros aspectos, a exemplo das alianças, prestígio e dimensões espirituais – o *hau*, o espírito da coisa dada, que exige circulação. Portanto, a dádiva está presente em toda sociedade.

Karl Polanyi aprofunda a análise da reciprocidade como um dos princípios de integração econômica e social, contrastando-a com a redistribuição e a troca de mercado. Ele critica a falácia de se projetar a lógica do mercado autorregulável sobre todas as sociedades, demonstrando como, em muitas delas, a economia está embutida nas relações sociais.

Marshall Sahlins propõe uma tipologia da reciprocidade, distinguindo entre: reciprocidade generalizada (altruísta, com retribuição incerta ou adiada, típica de relações próximas), reciprocidade equilibrada (troca direta, com equivalência e retribuição esperada em tempo definido) e reciprocidade negativa (busca de ganho unilateral, podendo envolver barganha, trapaça ou roubo). Sahlins também argumenta que a dádiva, e não o Estado hobbesiano, seria a forma primordial de contrato social, um meio de estabelecer a paz e a aliança entre grupos.

Além desses autores, o trabalho dialoga com outros autores que analisam e tecem críticas à Reciprocidade, como Claude Lévi-Strauss, que enfatizou a troca (especialmente de mulheres) como estrutura fundamental, relativizando o "hau" maussiano. Pierre Bourdieu - que analisou as trocas simbólicas e relações assimétricas de poder. Segundo ela, a Dádiva gera acúmulo de capital pra quem oferece muitos dos Dons. Ele também enfatiza que o lapso temporal é importante na Dádiva, já que é marcador de diferença das trocas mercantis.

Outros autores, como Alain Caillé e Jacques Godbout, defendem que na atualidade a dádiva continua a coexistir nas sociedades contemporâneas. Maurice Godelier, por sua vez, explora a relação entre o sagrado e o imaginário que não entram no circuito da dádiva, mas fundamentam o poder.

Apesar deste vasto debate teórico sobre a Dádiva, no Brasil sua produção tem muito a ser explorada. Em relação à Reciprocidade entre os povos Indígenas no Brasil, se tem pouquíssimos materiais. Esta dissertação busca suprir parte dessa lacuna, ao realizar uma revisão bibliográfica de trabalhos que documentam e analisam práticas de reciprocidade em diferentes etnias brasileiras. Isso serve de parâmetro para a proposta pedagógica.

Um dos exemplos explorados é o dos Mbya-Guarani, que habitam regiões do Sul do Brasil. Estudos, como o de Valéria Assis (2006), revelam a centralidade do *Jopói* e do *Potirõ* na organização social e cosmológica desse povo. O *Jopói* como explicaremos adiante rege a circulação de bens, onde o ato de pedir e a obrigação de dar são fundamentais para a manutenção das alianças e do prestígio. O *Potirõ*, um mutirão para tarefas coletivas (como construção de casas), opera também sob a lógica da dádiva, reforçando os laços internos do grupo. A relação com a natureza é mediada pelos "donos espirituais" das coisas, e o canto é uma forma de dádiva

e pedido. Eles seguem o princípio do *Mborayu* (dádiva). Mesmo quando interagem com a economia de mercado, por exemplo, através da venda de artesanato, os recursos obtidos são submetidos à lógica da dádiva, sendo rapidamente redistribuídos na comunidade, pois a acumulação é vista de forma negativa.

Outro caso analisado é o dos *A'uwe-Xavante*, do Mato Grosso. Pesquisas como a de Guilherme Lavinias Jardim Falleiros (2005) indicam a coexistência de diferentes formas de reciprocidade, incluindo a dádiva negativa (predação, disputa) e a dádiva positiva (dons alimentares, dons de nomes). A troca de nomes, por exemplo, estabelece e reforça vínculos sociais e de parentesco, carregando grande peso simbólico.

A sequência didática proposta está estruturada em cinco aulas: 1ª aula - roda de conversa sobre a economia e seu funcionamento (reflexão inicial sobre economia, troca, valor, dinheiro); 2ª aula - leitura dirigida dos textos sobre a dádiva (apresentação do conceito, leitura e discussão de textos sobre Mauss, Sahlins e a dádiva indígena); 3ª aula - atividade resumo dos textos (aprofundamento nos exemplos etnográficos); 4ª aula - feira da dádiva (preparação, realização e avaliação da atividade prática de troca sem dinheiro); e 5ª aula - atividade auto avaliativa. Espera-se que este produto educacional possa efetivamente auxiliar professores e estudantes a explorar a rica temática da dádiva indígena, contribuindo para uma formação histórica mais crítica, engajada e sensível à diversidade cultural brasileira.

Para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está organizada em quatro capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo 1, "Ensino de História a partir da Constituição de 1988", dedica-se a contextualizar a proposta pedagógica no âmbito das políticas educacionais e curriculares brasileiras pós-redemocratização. Analisa-se a evolução dos documentos normativos, desde os PCN até a BNCC, com foco nas implicações para o ensino de História. Discute-se a importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e do Parecer 14/2015 para a inclusão e valorização das temáticas afro-brasileira e indígena no currículo. Por fim, aborda-se a Reforma do Ensino Médio e a criação das Diretrizes Referenciais Curriculares da Bahia (DRCB), que instituem a disciplina "História Afro e Cultura Indígena", evidenciando a relevância e a necessidade de materiais didáticos específicos como o que se propõe aqui.

O Capítulo 2, "A Dádiva, Reciprocidade, Dons e Contradons", aprofunda a fundamentação teórica do trabalho. Apresenta-se o conceito de dádiva a partir do "Ensaio sobre o Dom" de Marcel Mauss, explorando as obrigações de dar, receber e retribuir, e os exemplos clássicos do *Potlatch* e do *Kula*. Discutem-se as contribuições de Polanyi sobre a reciprocidade

e a crítica à economia de mercado e a tipologia da reciprocidade de Sahlins. O capítulo também aborda debates posteriores sobre a dádiva, incluindo a crítica ao utilitarismo, a relação entre dádiva e contrato social, as críticas estruturalistas (Lévi-Strauss) e sociológicas (Bourdieu) sobre o poder simbólico e o lapso temporal, e a persistência da dádiva na sociedade contemporânea (Caillé, Godbout, Godelier).

Já o Capítulo 3, “A Dádiva no Âmbito da Disciplina História Afro e Cultura Indígena”, foca nas práticas de reciprocidade entre povos indígenas do Brasil. Com base em estudos etnográficos, analisam-se exemplos, como o *Jopói* e o *Potirõ* entre os Mbya-Guarani e as formas de dádiva (positiva e negativa) entre os *A’uwe-Xavante*. O objetivo é demonstrar a relevância etnográfica e a potencialidade pedagógica de se abordar essas práticas na disciplina em questão, conectando o debate teórico com a realidade indígena brasileira e os desafios do ensino de História.

Finalmente, o Capítulo 4, “Produto de Ensino – Sequência Didática”, apresenta a proposta pedagógica desenvolvida. Descreve-se a estrutura da sequência didática em cinco aulas os objetivos de aprendizagem, as competências e habilidades da BNCC a serem trabalhadas, os recursos necessários e as atividades propostas para cada aula, incluindo dois textos de apoio produzidos pelo autor a partir da revisão bibliográfica. Ele foi pensando para a dinâmica da sala de aula. Outros aspectos trabalhados é a roda de conversa, resumos e a organização da “Feira da Dádiva”, com fichas de acompanhamento e avaliação. Este capítulo constitui o produto final da dissertação, oferecendo um material concreto para aplicação em sala de aula.

Espera-se que a articulação entre a análise do contexto educacional, a exploração da teoria da dádiva e a apresentação de exemplos etnográficos culmine em uma proposta pedagógica relevante e exequível, capaz de fomentar nos estudantes uma compreensão mais profunda e crítica das relações socioeconômicas e da diversidade cultural indígena no Brasil.

2 ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O processo de universalização da Educação Brasileira avançou nos últimos 30 anos devido a uma série de fatores, dentre eles podemos citar: o fim da ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes da Educação Básica (LDB) de 1996. Vários documentos normativos foram criados até o presente momento, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos normativos orientaram a produção de materiais didáticos. Vejamos alguns aspectos deles.

Os PCN são documentos que foram elaborados entre 1998 e 2002, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, pensados como uma forma de criar um escopo de referência dos conteúdos que os alunos deveriam aprender. Eles também serviram como orientação para a elaboração de livros didáticos. No Ensino Fundamental II, o documento trabalha as áreas curriculares, assim como temas transversais, sendo:

Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam também a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas a Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo ou a outros temas que se mostrem relevantes. (BRASIL, 1998, p. 09).

Em relação aos conteúdos de História, a normativa traz um histórico de sua trajetória enquanto disciplina no Brasil. Ponto importante é sua ênfase em relação à função do saber histórico para o indivíduo e sua formação, cujo objetivo é avançar na capacidade crítica e de entendimento do mundo, já que:

Na medida em que o ensino de História lhe possibilita construir noções, ocorrem mudanças no seu modo de entender a si mesmo, os outros, as relações sociais e a História. Os novos domínios cognitivos do aluno podem interferir, de certo modo, nas suas relações pessoais e sociais e nos seus compromissos e afetividades com as classes, os grupos sociais, as culturas, os valores e as gerações do passado e do futuro. (BRASIL, 1998, p. 35).

O documento ainda traz discussões importantes referentes ao diálogo que a história estabelece com outras disciplinas da área de humanas. Esses apontamentos servirão de baliza para etapa do ensino médio, tendo em consideração que os PCN deste percurso vão trabalhar na perspectiva conjunta de área do conhecimento (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).

Lançado quatro anos após os PCN do ensino fundamental, este documento orienta os conteúdos a serem desenvolvidos no ensino médio. Apesar de trazer a ideia de área, a disciplina de história preserva seus conteúdos ao longo dos 3 anos do ensino médio. Como novidade, o documento traz uma abordagem que enfatiza uma história mais social dos sujeitos históricos esquecidos. Além disso, a história cultural ganha importância.

As pesquisas atuais consideram que relações de produção específicas não geram um grupo de pessoas que vivem isoladas dentro de uma determinada sociedade. Ao contrário, uma classe social se define por um sistema de relações horizontais e verticais, isto é, relações de diferença ou semelhança, de distância ou proximidade e também de função social, de exploração, dominação e submissão, luta ou resignação. As maneiras como os grupos ou os indivíduos veem a si mesmos, dentro desse sistema de relações, passaram a ser consideradas como partes da realidade social a ser investigada e analisada. A incorporação das representações do mundo social como objeto da História deve muito à Escola dos “Annales”, à Nova História e também às aproximações entre a História e a Antropologia. (BRASIL, 2002, p. 71).

Esses documentos vão servir como orientação para a produção de materiais didáticos até a promulgação da BNCC. Os PCN foram importantes, já que vão servir de modelo para a prática pedagógica e trazem um arcabouço de estrutura de acordo com a etapa da educação básica. Mas ainda, não havia uma base mínima de competências e habilidades aos quais os alunos deveriam desenvolver.

Esses documentos não constavam da obrigatoriedade do ensino da temática afro e Indígena; somente a partir de muita luta foram promulgadas duas leis que as tornam obrigatória essas discussões, a 10639/2003 e a 11645/2008.

2.1 LEI Nº11645/2008 E PARECER 14/2015

A lei nº 11645/2008 foi uma conquista para a valorização dos povos indígenas. A referida normativa alterou outra lei importante, que é a lei nº 10639/2003 de valorização da cultura afro brasileira. Ambas tornam obrigatório o ensino da temática afro e indígena no currículo da educação básica brasileira. Assim implementou-se políticas de produção de material didático sobre as temáticas supracitadas. A lei 11645/2008 diz:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população

brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR) (BRASIL, 2024).

Posteriormente à lei foram criadas diretrizes sobre como o ensino da temática indígena deveria funcionar. Tais orientações estão no parecer 14/2015, emitido pela câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB, que destaca a importância da referida lei da seguinte forma:

Desse modo, a Lei nº 11.645/2008 tem provocado inúmeros debates sobre a necessidade de se repensar os processos relativos à formação de estudantes e de professores dessa temática diante de uma concepção mais alargada de cidadania, dada pelo reconhecimento da participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como de suas culturas e patrimônios. Neste sentido, a Lei tem favorecido a compreensão de que é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais. (BRASIL, 2015, p.2).

Destaque-se a pluralidade e valorização da diversidade cultural brasileira, além de elucidar a contribuição que as populações indígenas tiveram e têm na formação do Brasil enquanto nação. Isso foi possível em razão das lutas travadas para inclusão da temática no currículo brasileiro.

É importante lembrar que a referida Lei representa uma grande conquista para o movimento indígena brasileiro no plano legal e também reflete um contexto internacional de afirmação dos direitos sociais e individuais das minorias e dos grupos historicamente marginalizados. Nas últimas décadas, tem se estabelecido uma política de reconhecimento dos direitos das diversidades étnicas e culturais no âmbito do direito internacional, fazendo surgir acordos, decretos e convenções de natureza multilateral. (BRASIL, 2015, p.2).

Outro elemento do parecer é o acento no caráter interdisciplinar da temática indígena, devendo ser trabalhada em todas as disciplinas e não ficar restrita somente a um campo específico de conhecimento.

Diferente do que pode ser visto em algumas práticas pedagógicas e de gestão da Educação Básica que restringem o tratamento da temática indígena às áreas

de educação artística, literatura e história brasileira, a Lei em questão determina que a sua inserção se dê em todo o currículo escolar, devendo estar presentes em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola. (BRASIL, 2015, p.4).

Portanto, as escolas devem propor aos docentes que trabalhem os conteúdos voltados para a valorização da cultura indígena. Isso ajuda a derrubar estereótipos associados aos povos indígenas. Entre eles:

Sinteticamente, observa-se que ainda persistem nestas ações problemas relacionados à representação dos povos indígenas no imaginário social brasileiro, tais como:

- reificação da imagem do indígena como um ser do passado e em função do colonizador;
- apresentação dos povos indígenas pela negação de traços culturais (sem escrita, sem governo, sem tecnologias);
- omissão, redução e simplificação do papel indígena na história brasileira;
- adoção de uma visão e noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos;
- generalização de traços culturais de um povo para todos os povos indígenas;
- simplificação, pelo uso da dicotomia entre índios puros, vivendo na Amazônia versus índios já contaminados pela civilização, onde a aculturação é um caminho sem volta;
- prática recorrente em evidenciar apenas características pitorescas e folclóricas no trato da imagem dos povos indígenas. (BRASIL, 2015, p.6).

Observa-se muitas vezes que os indígenas não aparecem no conteúdo do processo de ensino aprendizagem que a lei preconiza, e o parecer deixa claro o quão importante eles são na construção de uma educação mais inclusiva:

Consciente desses problemas, o movimento indígena, reconhecendo também a importância da Lei em questão para a pauta de uma educação intercultural, assumida como bandeira de luta para uma sociedade plural, democrática e com relações interétnicas menos desiguais, tem assumido como ação estratégica em suas reivindicações a efetiva implementação da Lei nº 11.645/2008. Uma de suas demandas é a de que os próprios indígenas assumam o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas. Nesse sentido, os sistemas de ensino devem fomentar a publicação de materiais didáticos e pedagógicos sobre a temática de autores indígenas, bem como criar possibilidades, como a que prevê a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, de contar com a presença das lideranças indígenas (pajés, xamãs, sábios, intelectuais em geral) nas instituições de Educação Básica, como formadores, palestrantes e conferencistas, dentre outras formas de reconhecimento de saberes e conhecimentos indígenas. (BRASIL, 2015, p.7).

O parecer elenca os parâmetros de como os conteúdos devem ser trabalhados e orientam a produção de materiais didáticos, assim como estabelecem os objetivos a serem alcançados pelo docente:

Assim, o estudo da temática da história e da cultura indígena na Educação Básica, nos termos deste Parecer, deverá ser desenvolvido por meio de conteúdos, saberes, competências, atitudes e valores que permitam aos estudantes:

1. Reconhecer que os povos indígenas no Brasil são muitos e variados, possuem organizações sociais próprias, falam diversas línguas, têm diferentes cosmologias e visões de mundo, bem como modos de fazer, de pensar e de representar diferenciados.
2. Reconhecer que os povos indígenas têm direitos originários sobre suas terras, porque estavam aqui antes mesmo da constituição do Estado brasileiro e que desenvolvem uma relação coletiva com seus territórios e os recursos neles existentes.
3. Reconhecer as principais características desses povos de modo positivo, focando na oralidade, divisão sexual do trabalho, subsistência, relações com a natureza, contextualizando especificidades culturais, ao invés do clássico modelo de pensar esses povos sempre pela negativa de traços culturais.
4. Reconhecer a contribuição indígena para a história, cultura, onomástica, objetos, literatura, artes, culinária brasileira, permitindo a compreensão do quanto à cultura brasileira deve aos povos originários e o quanto eles estão presentes no modo de vida dos brasileiros.
5. Reconhecer que os índios têm direito a manterem suas línguas, culturas, modos de ser e visões de mundo, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e que cabe ao Estado brasileiro, protegê-los e respeitá-los.
6. Reconhecer a mudança de paradigma com a Constituição de 1988, que estabeleceu o respeito à diferença cultural porque compreendeu o país como pluriétnico, composto por diferentes tradições e origens.
7. Reconhecer o caráter dinâmico dos processos culturais e históricos que respondem pelas transformações por que passam os povos indígenas em contato com segmentos da sociedade nacional.
8. Reconhecer que os índios não estão se extinguindo, têm futuro como cidadãos deste país e que, portanto, precisam ser respeitados e terem o direito de continuarem sendo povos com tradições próprias. (BRASIL, 2015, p.9).

Como o parecer deve orientar o professor e aluno em sala de aula? Os objetivos que as redes de ensino devem alcançar contribuem na orientação do desenvolvimento da temática, quais sejam:

1. Elaborar ou reformular, com a participação de toda a comunidade escolar, o seu projeto pedagógico e cultural, incorporando em seu currículo o ensino da história e da cultura dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, em uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar ao longo do ano letivo.
2. Estimular a realização de estudos sobre a história e culturas dos povos indígenas e dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, proporcionando condições para que os professores, gestores e demais funcionários participem de atividades de formação continuada promovidas na própria escola.
3. Estimular o trabalho colaborativo dos docentes, numa perspectiva interdisciplinar, para disseminação do tratamento adequado da temática dos povos indígenas no âmbito escolar.

4. Possibilitar encontros entre estudantes e representantes de povos indígenas que vivam no Município ou no Estado em que a escola se situa, com a finalidade de realizar atividades científico-culturais que promovam o tema da diversidade étnico-racial e cultural.
5. Criar espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material de referência sobre a temática dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, que sejam adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças, incorporando tanto materiais escritos por especialistas quanto a produção de autoria indígena.
6. Diagnosticar e enfrentar, por meio de diferentes ações e procedimentos, os casos de racismo, preconceito, discriminação e intolerância existentes em suas dependências, procurando dar-lhes o devido encaminhamento na perspectiva do desenvolvimento de uma sociedade brasileira mais justa, solidária e igualitária. (BRASIL, 2015, p.10).

Importante salientar que o parecer vem no contexto de elaboração da BNCC em 2015, que estabelecia o currículo comum a todo o país, sobre o qual vamos nos debruçar.

2.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

A versão definitiva da BNCC foi criada entre 2017 e 2018 e, até sua aprovação, passou por diversas mudanças. Assim, percebe-se quão demorado foi o processo de elaboração desse documento normativo. Foram muitos embates e discussões, até que a primeira versão saísse em 2015, já muito criticada pela inovação que ela trazia, principalmente em relação aos conteúdos de História, que trabalhava em uma nova perspectiva.

Para nossa surpresa – negativa, diga-se de passagem –, o primeiro golpe (que, aliás, censurou o documento, por isso a proposta de História não foi publicada no dia 15 junto com as outras) foi desferido pelo então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro que estranhou, nas palavras dele, “a ausência de conteúdos canônicos”. Dialogando com a história que ele e todos nós aprendemos na escola, faltavam as nossas chamadas origens greco-romanas e a conformação do nosso modo de pensar com a sociedade medieval e o cristianismo. (FREITAS E OLIVEIRA, 2018 n.p.).

Na primeira versão, os conteúdos da História Antiga e Medieval deixavam de ser abordados, e o ensino de História tinha uma perspectiva a partir da História do Brasil. Nesse ponto, Carvalho et al. (2021) afirmam: “Assim, uma vez que partiria do início da colonização, sociedades de períodos como a Antiguidade e Medievo, seja na África, América, Ásia ou Europa, seriam, a princípio, excluídas.” (p. 256, 2021). Após esses relatos, a BNCC terá uma segunda versão (2016), e a na terceira versão (2017) ela é promulgada, com as etapas do ensino infantil e fundamental, apresenta as seguintes competências na área de história:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BRASIL, 2017, p. 402).

Nessa versão que foi promulgada se voltou a pensar a história quadripartite¹, mas agora com uma abordagem mais reflexiva, principalmente sobre a visão Europeia que prevalecia no ensino de história:

Para além de buscar ressaltar sociedades de outros continentes, ainda que na posição de comparativos, algumas habilidades chamam a atenção quanto ao potencial de questionamento a noções eurocêntricas, consolidadas na narrativa histórica oficial [...] (CARVALHO et al., 2021, p. 251).

A BNCC vai trabalhar sobre a perspectiva de competências, nos quais se desenvolvem os conceitos e procedimentos. Essas competências só serão efetivadas a partir de desenvolvimento de diversas habilidades. Isso fica mais evidente com o ensino médio, que passará por uma reforma por meio de medida provisória, de 2017. A Reforma do Ensino Médio continua sendo criticada, pois houve baixa participação da sociedade na elaboração.

Dentre alguns pontos da reforma, segundo consta o documento, a ampliação da carga horária de 2400 horas para 3000 horas, a criação de itinerários formativos e contratação de professores com notório saber mereceram muitas críticas. Em relação aos itinerários, nos quais essa pesquisa vai se ater, merece destaque a seguinte informação:

¹ História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea.

[...], a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também a itinerários da formação técnica profissional. (BRASIL, 2018, p. 467).

Neste sentido, os currículos estaduais devem garantir a carga horária total 40% em itinerário formativo, a ser escolhida pelo aluno na área que ele deseja cursar, porém isso não tem ocorrido devido à falta de infraestrutura escolar e muitas delas não se adequam à formação dos professores.

2.3 DRCB

Na Bahia foram criadas as Diretrizes Referenciais Curriculares da Bahia (DRCB), documento normativo que ficou pronto em 2022. Um dos eixos estruturantes é a educação antirracista, ensino da história, cultura africana e afro-brasileira. Nelas fica claro que o professor pode seguir vários caminhos no ensino dessa temática:

Muitos outros pontos são relevantes para o Referencial Curricular da Bahia e, alguns deles, estão descritos nas ementas, na perspectiva de referenciar os/as profissionais da Educação na sua prática em sala de aula e na vida, com essa agenda histórica, necessária, humanitária e de suma relevância. Porém, reconhecendo as limitações textuais, indicamos bibliografias e relembramos que não há receitas, mas sim um campo de estudo consolidado e complexo, além de uma vasta possibilidade de recursos e oportunidades para fortalecimento desse percurso, em busca de uma educação libertadora e comprometida com a desconstrução do imaginário racista e segregacionista. (BAHIA, 2022, p. 38).

Outra questão importante foi criar uma disciplina obrigatória nas 1º Séries do Ensino Médio da Bahia: História Afro e Cultura Brasileira. Ela possui uma carga de 80 horas anuais, porque, mesmo com as leis 10639/2003 e a 11645/2008, se trabalhava de forma descontínua essa temática, e não se pensava nela como um todo, como parte fundamental da construção da identidade brasileira. Na construção da disciplina foi levado em conta:

Em História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira foram considerados os marcos legais: a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que orientam o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, bem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004 e o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014). (BAHIA, 2022, p. 231).

Essa disciplina busca construir uma consciência histórica sobre o papel afro e indígena na construção histórica do Brasil e da Bahia. Assim ela valoriza os aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais. Ela ficou na parte diversificada, que como outras disciplinas dos itinerários formativos, só possuem ementas e algumas orientações. Vejamos a ementa de História Afro e Cultura Indígena:

Ancestralidade brasileira. As etnias dos povos Originários antes do Brasil Colônia – culturas, línguas, arte, sistema de crenças e medicinas indígenas. Um gigante chamado África. A ancestralidade africana dos brasileiros. Cultura Afro. Línguas africanas. Filosofias e Ciências Africanas. Arte Africana. Sistema de crenças africanas. Como se deu a ocupação portuguesa no Brasil. Estratégias de resistência dos indo-afro-brasileiros - alforria x liberdade, quilombos, irmandades, rebeliões, lutas, greves. Heróis e heroínas brasileiros/as. O papel dos/a negros/as e indígenas nos projetos de nação do Brasil Império. A questão indígena no início da República. A condição da população negra no pós - “abolição”. Eugenia brasileira. Frente Negra Brasileira dos Anos 30. O teatro Negro. O mito da democracia racial de Gilberto Freyre. Massacres indígenas na Ditadura Militar. Movimento Negro Unificado. Blocos Afros nos anos 1970 e 1980. Influência indígena na Constituição de 1988, Marcha de Zumbi dos Palmares de 1995, Racismo estrutural. Políticas de reparação. Genocídio da juventude negra. Movimento da retomada das terras indígenas. Processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas. (BAHIA, 2022 p.239.)

A partir da ementa, o professor pode montar um Plano de Trabalho docente interessante, apesar dos alunos em geral, não terem um suporte necessário para a realização de atividades, a exemplo de leituras, já que estado não distribui material didático nas escolas. Assim a partir dessa dificuldade encontrada, se propõe como produto final produzir um material que possa ajudar professores e alunos da rede estadual da Bahia e também do Brasil a desenvolver o conteúdo da disciplina.

A reforma do ensino médio (2018) trouxe inúmeros desafios, sendo alvo de diversas críticas que pedem inclusive sua revogação. Apesar das críticas, a DRCB criou a disciplina História Afro e Cultura Indígena, um ponto louvável porque a coloca como obrigatória e com uma carga horária de 80 horas. O que essa pesquisa visa contribuir para o aperfeiçoamento do conteúdo da disciplina por meio do seu produto final foi essencialmente motivado pela ausência de material didático contudo a falta é a distribuição de material didático, uma lacuna que essa pesquisa quer contribuir.

Neste sentido, nos propomos a desenvolver uma sequência didática na qual os discentes irão experimentar formas alternativas de trocas que estão presentes no cotidiano de alguns grupos indígenas do Brasil. Essas trocas serão vivenciadas por meio do desenvolvimento do conteúdo das relações de reciprocidade, dom e contra dom, que integram e estruturam sociedades pré-capitalistas. Utilizaremos os trabalhos de etnografia sobre a reciprocidade entre os indígenas em nossa sociedade e encerraremos a sequência didática com uma feira didática da Dádiva.

3 A DÁDIVA, RECIPROCIDADE, DONS E CONTRADONS

O termo Dádiva no contexto antropológico e nas relações econômicas aparece com Marcel Mauss em um ensaio², na coletânea de textos chamada *Sociologia e Antropologia*. O conceito de Dádiva suscitou muitos debates sobre as relações econômicas, culturais, sociais e políticas. Podemos definir a Dádiva como trocas voluntárias e, ao mesmo tempo, obrigatórias. Ela é baseada em três princípios: dar, receber e retribuir. Mauss levanta algumas questões sobre essas prestações totais que os indivíduos estabelecem, indagando se em sociedades arcaicas o presente recebido deve ser obrigatoriamente retribuído? “Que força existe na coisa dada que

² Ensaio sobre o Dom, publicado originalmente em 1922.

faz com que o donatário a retribua? Eis o problema ao qual nos dedicamos mais especialmente, ao mesmo tempo em que indicamos os outros”. (MAUSS, 2008, p. 188).

Ainda Mauss (2008, p. 188) afirma que a Dádiva não se pauta por questões meramente de mercado. As trocas operam em um sentido coletivo, e não individual. Além disso, os objetos que circulam, muitas vezes não tem uma utilidade econômica. Na reciprocidade³ que ocorre nessas sociedades, tudo é passível de entrar nas trocas:

[...] São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (MAUSS, 2008, p.189).

Nessas sociedades há elementos em comum, a qual ele nomeia de *Potlatch*, que significa: nutrir ou consumir, segundo Mauss (2008, p. 191). As trocas feitas no *Potlatch* são do tipo agonístico, que é o princípio da rivalidade e antagonismo presentes nas tribos estudadas por Mauss. Os chefes de Clãs disputam com outros quem tem mais bens a serem destruídos em seus rituais, os membros desses clãs participam ativamente deste processo, já que essa disputa pode beneficiar o seu clã.

Mauss (2008, p.195) percebe dois elementos fundamentais, que faz com que os objetos circulem: o *Mana* e o *Hau*. São eles que fazem a dinâmica das trocas. O *Mana* é uma espécie de autoridade junto com a honra e o prestígio, ele confere riqueza a quem o possui. Já o *Hau* é o espírito que se encontra nas coisas dadas, e que faz com que os objetos circulem, pois o espírito não pode ficar preso, e ele não pertence a ninguém.

Para Mauss esses dois fatores ajudam a compreender outros dois fenômenos sociais que obrigam os objetos a circularem, um seria o vínculo jurídico que eles criam, e o segundo seria o fator mágico e religioso:

Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois, aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, [...]. (MAUSS, 2008, p.200).

³ Usaremos além de Dádiva o termo Reciprocidade, Dons e Contradons.

Tudo é passível de entrar nessas prestações totais, desde bens móveis como imóveis⁴, já que eles carregam um espírito, isso cria um vínculo além do econômico, como aspectos culturais e sociais. Assim Mauss vê nele o elemento essencial das trocas.

Mauss ao analisar a obra de Bronisław Kasper de Malinowski⁵ observa um grande *Potlatch* na Melanésia, precisamente nas Ilhas Trobriand, chamado *Kula*, que significa círculo. Esta cria um vínculo intertribal, entre os nativos que ali vivem. Segundo Mauss (2008, p. 215), objetos materiais com ritos imateriais são possíveis de entrar nesse grande círculo. São eles que mantêm os vínculos sociais entre as tribos dessas ilhas. As coisas que entram na Dádiva do *Kula* são obrigadas a circular.

A partir da análise desses povos que foram objetos de etnografias, Mauss generaliza a Dádiva em outros tempos e espaços. Ela foi o princípio que ligou muitas sociedades antigas seja na ordem econômica, jurídica e moral:

O número, a extensão e a importância desses fatos nos autorizam plenamente a conceber um regime que deve ter sido o de uma grande parte da humanidade durante uma longa fase de transição, e que ainda subsiste noutros povos além dos que acabamos de descrever. Eles nos permitem conceber que esse princípio de troca-dádiva deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da "prestação total" (de clã a clã e de família a família), mas que ainda não chegaram ao contrato individual puro, ao mercado onde circula o dinheiro, à venda propriamente dita e, sobretudo, à noção de preço calculado em moeda pesada e reconhecida. (MAUSS, 2008, p.264).

Mauss analisa diversos direitos antigos, como o Romano, germânico, indiano, céltico e chinês, e vê neles que a Dádiva era o sistema utilizado em sua moral e ordem legal. Mauss conclui seu ensaio contra o utilitarismo e racionalismo mercantil que tomou conta das relações em sociedade, assim a Dádiva ainda sobrevive atualmente, visto que muitas coisas têm valor sentimental e não meramente monetário. Existe uma moral da reciprocidade calcada em relações anti-utilitárias, que foi objeto das obras de Caillé (2001), Godbout (1999) e Godelier (2001).

Pegemos um caso, a *Ilíada* de Homero, analisada por Carvalho (2004), no qual há vários aspectos da reciprocidade, a exemplo das trocas entre Heitor e Ajax⁶, que servem como manutenção da paz, isso substitui o estado no contrato social. Eis o papel da dádiva neste caso.

⁴ Os Bens Móveis são aqueles que são passíveis de descolamento, como objetos, eles são os mais utilizados na Dádiva. Já os bens Imóveis não podem ser descolados, exemplo é um terreno ou casa.

⁵ Antropólogo Polaco-Britânico.

⁶ Personagens da obra *Ilíada*.

3.1 POTLATCH E KULA: DOIS SISTEMAS PRIMORDIAIS DA DÁDIVA

Para conceituar as dádivas é preciso fazer uma análise sobre os sistemas e relações com que Mauss cria a teoria da reciprocidade. O *Potlatch* foi o nome dado às cerimônias que ocorriam nas tribos do Noroeste Americano, com base na etnografia desenvolvida por Franz Boas⁷. Mauss observa e analisa as relações entre essas tribos e percebe que existe entre elas uma força mágica, o *Mana*, que faz com que os objetos circulem. Assim também existe o *Hau*, o espírito dos animais e da natureza. Isso seria importante nos Dons e Contradons.

Florenzano (2004, p.50) aponta que, devido a esse espírito nos objetos é obrigatório que eles circulem. Na Dádiva, segundo ela, esses objetos são inalienáveis, o que pode parecer contraditório, já que não deveriam ser trocados, mas, na verdade, o que ocorre é uma cessão de direitos. Nessa linha Godelier (2001, p.69) também aponta este outro enigma do Dom, em que difere da pura troca comercial, onde os bens são alienáveis.

O *Potlatch* é do tipo agonístico, já que que as trocas são virulentas, procura-se dar sempre mais, de uma forma que outro não consiga retribuir. Assim:

[...] Por isso se dá mais (do que se pensa) que ele poderá restituir ou se restitui muito mais do que aquilo que ele deu. Como com os dons e contradons não-agonísticos, o dom-potlatch endivida e obriga aquele que o recebe, mas o objetivo visado é explicitamente tornar muito difícil, se não impossível, o retorno de um dom equivalente: trata-se de colocar o outro em dívida de modo quase permanente, de fazer com que perca seu prestígio publicamente, de afirmar assim, pelo máximo de tempo possível, a própria superioridade. (GODELIER, 2001, p.88).

O *Potlatch* é usado em diversos aspectos da vida social para as tribos que o praticam, assim qualquer pretexto serve para as trocas, como casamento, ritos fúnebres e outros, conforme Godelier (2001). Isso gera uma dívida entre pessoas, que leva à seguinte conclusão: quanto mais você doa, mais prestígio você acumula.

Essa lógica difere de outra troca que ocorria no pacífico ocidental, o *Kula*, tema sobre o qual Malinowski se debruçou em seus estudos de Etnografia. No *Kula*, o mais importante é receber do que dar, assim:

O *Kula* é uma espécie de grande potlatch; veiculando um grande comércio intertribal, ele se estende por todas as ilhas Trobriand, por uma parte das ilhas Entrecasteaux e das ilhas Amphlett. [...] Malinowski não dá a tradução da palavra, que certamente quer dizer círculo; de fato, é como se todas essas

⁷ Antropólogo estadunidense

tribos, essas expedições marítimas, essas coisas preciosas, esses objetos de uso, alimentos e festas, esses serviços de toda espécie, rituais e sexuais, esses homens e essas mulheres, fossem pegos dentro de um círculo e seguissem ao redor desse círculo, tanto no tempo como no espaço, um movimento regular. (MAUSS, 2008, p.214).

Podemos perceber novamente que o *Kula* é uma Dádiva, que funciona como o eixo fundamental dos Trobriandeses, já que substituem o Estado na lógica de organização social. E também não se procura o lucro, como na sociedade de mercado. Polanyi, ao estudar sobre esse sistema, vai tecer elogios a Malinowski, ao apontar que:

A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. Enquanto a organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os festivais públicos. Numa tal comunidade, é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social. (POLANYI, 2000, p.69).

Esse foi o grande mérito de Mauss: ao olhar essas sociedades, ele percebeu nelas características similares em seu interior. A dádiva abrangia todos os aspectos da vida em sociedade, a qual ele denomina ‘fato social total’. Tanto no *Potlatch* quanto no *Kula*, as trocas são voluntárias, mas obrigatórias, e são compostas: dar, receber e retribuir. Isso permitiu a Mauss olhar para outras sociedades antigas e ver nelas esses mesmos elementos, e como salienta Godbout (1999), elas não desaparecem das sociedades ditas modernas, já que subsistem com outras instituições como o estado e o mercado.

3.2 O UTILITARISMO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

Além das questões econômicas, existe um espírito nas coisas dadas que faz com que as relações se estabeleçam. Essas trocas não cumprem meramente uma função material e utilitária, que é muito comum nas relações de uma sociedade de mercado como a nossa:

Com efeito, parece-me agora possível afirmar, ou pelo menos admitir, a hipótese segundo a qual o utilitarismo constitui o alicerce do pensamento ocidental ou, mais geralmente, de todo o pensamento “moderno”, de todo o pensamento que rompeu com o fundamento religioso e tradicionalista. Que

ele é, em suma, o resultado espontâneo e principal do recurso ao princípio de razão. (CAILLÉ 1990, p.31).

O utilitarismo é muito comum nas relações econômicas pautadas pela lógica do mercado. As relações seguem pelo caminho do que é possível ganhar nas trocas, assim como elas não estabelecem vínculos duradouros entre pessoas. A intermediação das relações ocorre através da troca monetária. Neste sentido a economia de mercado pode ser definida como:

Uma economia, de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado auto-regulável. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana. (POLANYI, 2000, p.62).

A Dádiva é um sistema que não é necessariamente rival da economia de mercado, sendo que ela também não desapareceu na nossa sociedade, assim vemos exemplos que coexistem com a lógica mercantil, entre eles a doação de sangue, o natal e os alcóolicos anônimos, conforme Godbout, 1999. Para o autor existem três estruturas fundamentais na nossa sociedade: Mercado, Estado e Dádiva:

Que, longe de estar morta ou moribunda, a dádiva esteja ainda bem viva é afirmação que agora deve parecer plausível. Mas, sem dúvida, vale a pena ir além da simples constatação e formular a hipótese de que essa perenidade não resulta somente e negativamente da universal necessidade de dar um pouco de alma às únicas lógicas solidamente constituídas que seriam aquelas do interesse mercantil e do poder do Estado, mas que ela é a prova de que também a dádiva, assim como justamente o mercado e o Estado, forma um sistema. (GODBOUT, 1999, p.21).

A Reciprocidade tem como parâmetro criar vínculos econômicos e sociais, que vão além da simples troca mercantil. Ela cria a obrigação de retribuir a coisa dada. Isso é um sistema de prestações totais, em que os indivíduos do grupo social realizam as trocas para manutenção de vínculos entre os mesmos:

Mas o que é notável nessas tribos é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Chega-se até à batalha, até à morte dos chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, chega-se até à destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival que é ao mesmo tempo associado (geralmente avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é claramente o clã inteiro que contrata por todos, por tudo o que ele possui e por tudo o que ele faz, mediante seu chefe. Mas essa prestação adquire, da parte do chefe, um caráter agonístico muito marcado. Ela é essencialmente usurária e suntuária, e assiste-se antes de tudo a uma luta

dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que ulteriormente beneficiará seu clã. (MAUSS, 2008, p. 192).

Caillé (2001) tece crítica à noção de utilitarismo nas relações sociais, e do qual o pensamento ocidental não consegue se libertar, assim porque para muitos pensadores a Dádiva não seria exequível na sociedade moderna. Ele faz objeções enquanto essas posições. Para ele a reciprocidade está presente na sociabilidade da família e cotidiano: “Defendo a hipótese de esta sociabilidade primária ser o lugar das relações de pessoa a pessoa e de estas funcionarem ainda de acordo com a obrigação de dar, receber e restituir.” (CAILLÉ, 2001, p. 49).

3.3 CONTRATO SOCIAL E DÁDIVA

A Reciprocidade é o amálgama dessas sociedades Pré-capitalistas, ela funciona como elemento fundamental até mesmo para as relações de rivalidade. Percebe-se que ela é uma alternativa à guerra. Conforme Sahlins (1983), a Dádiva foi a primeira forma de contrato social e não o Estado como Hobbes propôs. Ele diz:

[...] El equivalente primitivo del contrato social no es el Estado, sino el don. El don es el recurso primitivo para lograr la paz que em la sociedad civil asegura el Estado. Aunque, según la Concepción tradicional, el contrato era una forma de intercambio político, Mauss consideró al intercambio como una forma de contrato político. (SAHLINS, 1983, p.187-188).⁸

Nesses termos o contrato político é fundado sobre a Dádiva e não no estado, como sempre se convencionou a pensar as estruturas políticas e sociais, a partir da teoria dos Contratualistas⁹.

Sahlins (1983) na sua análise vai entender as Dádivas como formas de estabelecer alianças, portanto um contrato social entre os indivíduos que fazem parte do grupo:

Mauss, sustituye la guerra de todos contra todos, por el intercambio de todo entre todos. El hau, espíritu del dador del don, no constituía una explicación última de la reciprocidad, sino sólo una proposición insertada en el contexto de una concepción histórica. Se trataba de una nueva versión del diálogo entre el caos y el pacto, traspuesto de la explicación de la sociedad política a la

⁸ [...] O equivalente primitivo do contrato social não é o Estado, mas a dádiva. A dádiva é o recurso primitivo para alcançar a paz que o Estado garante na sociedade civil. Embora, segundo a concepção tradicional, o contrato fosse uma forma de troca política, Mauss considerava a troca como uma forma de contrato político.

⁹ Autores que propuseram o Estado como intermediador dos conflitos sociais, dentre eles, destacam-se Hobbes, Locke e Rousseau.

reconciliación de la sociedad fragmentaria. El Essai sur le don es una especie de contrato social. (SAHLINS, 1983, p.187).¹⁰

A Reciprocidade vai além das questões econômicas e sociais, ela abrange todos os aspectos da vida em sociedade, portanto ela é um fato social total. Este tem como definição:

Nesses fenômenos sociais “totaux”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187).

3.4 CRÍTICAS À DÁDIVA

A obra de Mauss colocou questões para pensar a sociedade e foi alvo de algumas críticas, entre elas se deixar mistificar pelo *Potlatch* das sociedades analisadas. Lévi-Strauss (1968) analisa que os *Maori*¹¹, em suas trocas tem plena consciência dela. Neste sentido:

Ne sommes-nous pas ici devant un de ces cas (qui ne sont pas si rares) où l'ethnologue se laisse mystifier par l'indigène ? Non certes par l'indigène en général, qui n'existe pas, mais par un groupe indigène déterminé, où des spécialistes se sont déjà penchés sur des problèmes, se sont posé des questions et ont essayé d'y répondre. En l'occurrence, et au lieu de suivre jusqu'au bout l'application de ses principes, Mauss y renonce en faveur d'une théorie néo-zélandaise, qui a une immense valeur comme document ethnographique, mais qui n'est pas autre chose qu'une théorie. Or, ce n'est pas une raison parce que des sages maori se sont posé les premiers certains problèmes, et les ont résolus de façon infiniment intéressante, mais fort peu satisfaisante, pour s'incliner devant leur interprétation. Le *hau* n'est pas la raison dernière de l'échange: c'est la forme consciente sous laquelle des hommes d'une société déterminée, où le problème avait une importance particulière, ont appréhendé une nécessité inconsciente dont la raison est ailleurs. (STRAUSS, 1968, p.24).¹²

¹⁰ “Mauss substitui a guerra de todos contra todos, pela troca de tudo entre todos. O hau, espírito do doador da dádiva, não constituiu uma explicação última da reciprocidade, mas apenas uma proposição inserida no contexto de uma concepção histórica. Foi uma nova versão do diálogo entre o caos e o pacto, transposto da explicação da sociedade política para a reconciliação da sociedade fragmentária. O Essai sur le don é uma espécie de contrato social.”

¹¹ Tribo do Noroeste Americano, que suas relações operavam sobre a lógica do *Potlatch*.

¹² “Não estamos aqui diante de um daqueles casos (que não são tão raros) em que o etnólogo se deixa confundir pelo nativo? Não certamente pelo nativo em geral, que não existe, mas por um grupo indígena específico, onde especialistas já analisaram os problemas, fizeram perguntas e tentaram respondê-las. Neste caso, e em vez de seguir até ao fim a aplicação dos seus princípios, Mauss renuncia-lhes em favor de uma teoria neozelandesa, que tem imenso valor como documento etnográfico, mas que nada mais é do que apenas uma teoria. Agora, esta não é uma razão porque os sábios Maori foram os primeiros a colocar certos problemas, e os resolveram de uma forma infinitamente interessante, mas muito insatisfatória, apenas para se curvarem à sua interpretação. O hau não é a razão última da troca: é a forma consciente pela qual os homens de uma sociedade específica, onde o problema tinha uma importância particular, apreenderam uma necessidade inconsciente cuja razão está em outro lugar.”

Para Strauss, o que ocorre são trocas de palavras, coisas e principalmente mulheres. O autor defende que falta para a teoria de Mauss é uma estrutura. O estruturalismo é fundamental na obra de Lévi-Strauss, já que determinadas estruturas são universais nas sociedades, como exemplo ele cita as relações de parentesco e a proibição do incesto. Assim, elas seriam práticas presentes em todas as sociedades. Apesar das críticas, Strauss reconhece que os Dons e Contradons são fatos sociais totais:

[...] Mauss propôs-se mostrar primeiramente que a troca se apresenta nas sociedades primitivas menos em forma de transações que de dons recíprocos, e em seguida que estes dons recíprocos ocupam um lugar muito mais importante nessas sociedades que na nossa. Finalmente, que esta forma primitiva das trocas não tem somente, nem essencialmente, caráter econômico, mas coloca-nos em face do que chama, numa expressão feliz, "um fato social total", isto é, dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral. (STRAUSS, 1982, p. 92).

Caillé (2001) traz em seu artigo as críticas que, muitas vezes, a Dádiva recebe, elas se pautam em três objeções, que são:

A primeira é a que põe em dúvida a *universalidade* empírica da dádiva. A segunda contesta que seja concebível, teórica e empiricamente, pretender encontrar em todas as sociedades históricas uma única e imutável essência da dádiva, colocando uma dúvida perigosa quanto à *coerência* interna desta. Finalmente, a terceira objeção argumenta que se a dádiva é, de fato, capaz de explicar ou compreender certas práticas, seria totalmente ilusório pretender analisar a totalidade. (CAILLÉ, 2001, N.P).

Caillé (2001) traz outro ponto interessante sobre a Dádiva, de como ela é interpretada no debate sobre as relações sociais. De um lado fica a questão utilitarista e do outro a anti-utilitarista, além do binômio das explicações individualistas ou holísticas. Para o autor, a Reciprocidade é compressível em todos esses campos, mas ela é principalmente interacionista.

3.5 SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO NA DÁDIVA

Outra crítica vem de Pierre Bourdieu (1996), pois para ele as trocas de bens são simbólicas e traduzem as relações que as pessoas envolvidas na Reciprocidade querem estabelecer entre si e a sociedade englobante. Ele também tece críticas à ideia de reciprocidade de Mauss, já que para ele não existe igualdade nas trocas, uma vez que elas criam vínculos assimétricos entre as partes. Portanto, não é possível que a noção tripartite (dar, receber e

retribuir) ocorra em pé de igualdade. Isso faz com que determinados indivíduos acumulem poderes simbólicos, assim:

O caráter exótico dos objetos aos quais foram aplicadas as análises da troca, como o *potlatch*, levou a esquecer que as relações de troca na aparência mais gratuitas e menos onerosas — como a retribuição de solicitude, de gentilezas, de atenções ou de conselhos, sem mencionar os atos de generosidade irretribuíveis como a esmola —, quando se estabelecem em condições de assimetria durável (sobretudo porque aqueles que elas reúnem estão separados por defasagens econômicas ou sociais intransponíveis) que excluem a possibilidade de contrapartida, a própria esperança de uma reciprocidade ativa, condição de possibilidade de uma verdadeira autonomia, são de natureza a criar relações de dependência duráveis, variantes eufemizadas, pela subjetivação, da escravidão por dívida das sociedades arcaicas. (BOURDIEU 1996, p. 15).

Segundo Bourdieu (1996) a Dádiva faz com que os indivíduos acumulem capital simbólico e com isso tenham mais prestígio e distinção entre as pessoas da comunidade. Para ele, as trocas estão envolvidas em um imaginário social, assim quanto mais Dons você oferece, maior é a dependência dos outros em relação a você. Godelier (2001) pontua que simbólico e imaginário dialogam entre si, já que os objetos da reciprocidade carregam símbolos espirituais que reforçam a ideia de Mauss sobre o *Mana e Hau*.

Godelier (2001) percebe que certos objetos carregam uma carga simbólica maior que outras, portanto não são todos os tipos de objeto que entram no circuito da Dádiva. Entre esses objetos em que ela faz um trabalho etnográfico estão “[...] os tesouros, os talismãs que não são dados, mas conservados, têm todas as chances de ser aqueles que concentram em si o maior poder imaginário e, conseqüentemente, o maior valor simbólico.” Godelier (2001, p.50).

Para ele não é possível afirmar que existe na sociedade uma primazia dos símbolos sobre o imaginário. Segundo Godelier (2001, p.44), na sociedade ambos se relacionam e soma-se a isso como os indivíduos materializam ambas nas suas ações concretas.

Na produção do indivíduo em sociedade, simbólico, imaginário e real convergem, sem um necessariamente se sobrepor ao outro. O *Potlatch* e *Kula* são exemplos dessa confluência:

Voltando ao dom, ao mana e ao espírito das coisas, lembremos que é do imaginário que nascem as crenças e, com elas, a distinção entre o sagrado e o profano ou, em suma, o mundo do religioso, do mágico, um mundo fundado na dupla crença de que existem seres e forças invisíveis que controlam a ordem da marcha do universo e de que o homem pode atuar sobre eles, sobre elas, através da prece, do sacrifício e adequando sua conduta ao que imagina serem seus desejos, suas vontades ou sua lei. (GODELIER 2001. p.46).

O enigma que Mauss desvendou e Godelier reforçou foi o fato de que as coisas retribuídas ocorrem pelo espírito que elas carregam, e como o simbólico, imaginário e real se conectam nesse processo.

3.6 O LAPSO TEMPORAL E OS TIPOS DE DÁDIVA

Outra questão levantada sobre a Reciprocidade é questão do lapso de tempo entre a coisa dada e retribuída.

O "tempo" é necessário para executar qualquer contraprestação. A noção de termo está, portanto, logicamente implicada quando se trata de retribuir visitas, contrair casamentos, alianças, estabelecer uma paz, participar de jogos e combates regulamentados, celebrar festas alternativas, retribuir serviços rituais e de honra, "manifestar respeito" recíprocos, coisas essas que se trocam juntamente com coisas cada vez mais numerosas e preciosas, à medida que essas sociedades são mais ricas, juntamente com coisas cada vez mais numerosas e preciosas, à medida que essas sociedades são mais ricas. (MAUSS, 2008, p.236-237).

Assim o tempo é importante para que a Dádiva ocorra, ela perpassa o imediatismo das relações monetárias da economia de mercado, mantendo laços duradouros entre os indivíduos.

Para Bordieu (1996), o tempo é fundamental nas relações da Dádiva, apontando que é este o elemento principal para que os Dons e Contradons ocorram. Segundo o autor, se não fosse esse fator a Reciprocidade seria uma troca mercantil, pautada na lógica do imediato. Portanto, o tempo entre as trocas permite que as relações sociais se fortaleçam, porque estão amparadas em relações de reciprocidade duradouras.

Já Marshall Sahlins cria uma tipologia da Reciprocidade: negativa, generalizada e equilibrada. Ele observa que a questão do tempo se enquadra sobre duas formas: 1 quando as pessoas em uma tribo são próximas, o lapso de tempo é maior, assim ocorrem os Dons e Contradons de forma altruísta na qual o propósito é dar alguma Dádiva, e a retribuição ocorre em um período maior de tempo:

Pelo meio contínuo estão as trocas equilibradas em que um comércio justo e imediato constitui o comportamento certo, como no caso dos parentes que vêm de longe procurando comida e trazendo presentes. No outro extremo do espectro: apropriação por interesse próprio, por chicana ou força, retribuída por uma reação igual e oposta baseada no princípio da lei de Talião Alvin Gouldner denomina isso "reciprocidade negativa. (SAHLINS, 1970, p.129).

Na outra ponta ocorrem as trocas imediatas, e qual será a reciprocidade utilizada em nosso produto didático, que é a Dádiva equilibrada em que as trocas são imediatas:

2. Reciprocidade equilibrada. Troca direta: a retribuição é feita imediatamente e equivale no seu valor aos bens recebidos. O tipo perfeito de reciprocidade equilibrada, uma troca simultânea de coisas idênticas, não é apenas concebível, mas etnograficamente documentado em certas transações matrimoniais entre os parentes do noivo e da noiva, em certos pactos de irmãos de sangue, e acordos de paz. Menos rigidamente, "a reciprocidade equilibrada" pode ser aplicada onde bens de valor ou utilidade comensurável devem ser dados em retribuição dentro de um período de tempo. Muitas "das trocas de presentes" de que falam os etnógrafos assim como muito do "comércio", "barganha" e "compra" com "dinheiro primitivo" pertencem a essa classe de reciprocidade. (SAHLINS, 1970, p.129).

Sahlins finaliza sua tipologia com uma forma que é comum nas economias de mercado em que prevalecem interesses imediatos e próprios, a Reciprocidade negativa:

3. Reciprocidade negativa. Essa é a tentativa de conseguir alguma coisa sem dar nada em troca: as transações são abertas e conduzidas em direção a claras vantagens utilitárias. Em outras palavras, o que poderíamos considerar sólidos princípios de negócio. Aparece nos dados etnográficos ocasionalmente como "barganha" ou "regateio", ou ainda em formas menos sociáveis como "trapaça", "chicana", "roubo" e outras variedades de apropriação. Os participantes, em todos os momentos, confrontam-se não só como interesses distintos, mas opostos, cada um procurando maximizar sua posição a expensas do outro. Barganhar procurando a melhor chance é uma das formas mais sociáveis. A partir daí, a reciprocidade negativa atravessa vários graus de astúcia, manha, roubo e violência até o refinamento de uma incursão a cavalo bem conduzida. Como a reciprocidade generalizada, essa "reciprocidade" é também condicional, mas em uma forma oposta: contingente na obtenção de pressão suficiente ou artimanha para servir, ou melhor, aumentar os próprios interesses. (SAHLINS, 1970, p.130-131)

Exemplo é citado por Carvalho (2004), que ao estudar a *Ilíada*, de Homero, percebe que a Dádiva do tipo balanceada é fundamental para manter os laços sociais, sendo importante na manutenção da paz e da hospitalidade, em particular entre os *aristoi*.

Já Godelier (2001) interpreta de outra forma a questão do tempo na Dádiva, com Contradons retribuídos de forma imediata aos Dons. O autor entende que a essência da Dádiva difere das relações de mercado, posto que os envolvidos nessa relação não estão preocupados em acumular bens, mas em aumentar seu prestígio e reputação.

3.7 DÁDIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Outro autor que aponta essa busca por prestígio é Godbout (1999), que também se contrapõe às críticas feitas por Bourdieu, já que a Dádiva se caracteriza busca uma desigualdade alternada.

Se o Estado funciona à base da igualdade e o mercado à base da equivalência, a dádiva tem como princípio a dívida voluntariamente mantida, o desequilíbrio, a desigualdade. E a especificidade da sociedade moderna torna-se sua capacidade de assumir as situações de igualdade em modelos deterministas o mercado e o Estado, ao passo que nas sociedades sem mercado e sem Estado, a situação de igualdade gera violência e deve ser evitada tanto quanto possível. (GODBOUT, 1999, p.222).

Mas Godbout (1999, p.73) salienta que a Dádiva não é praticada pelo estado, pois o sentido da estrutura estatal é outra. Os princípios são diferentes, as redes sociais que a Reciprocidade cria não se aplicam ao Estado, que pela sua lógica centraliza e redistribui o que a sociedade produz.

Ao pensarmos nessas estruturas, podemos pensar quais são os princípios do mercado e o estado. Caillé (2001) diz que cada um tem uma função específica, ele busca em Montesquieu por exemplo, as razões de existir da economia pública que seria a obrigação e segundo a igualdade, já a economia de mercado seria o interesse e depois a liberdade. A dádiva mesclaria todos esses princípios.

Quando olhamos para a sociedade atual, vemos uma forte presença da reciprocidade do tipo generalizada, como salientou Godbout (1999). Ele percebe determinadas práticas de resiliência da Dádiva. O mais significativo para ele são os alcoólicos anônimos. A rede de Dons e Contradons gerada nos encontros são uma boa forma de perceber a Dádiva generalizada, pois se oferece como Dádiva o seu depoimento de dependência alcoólica, e outras pessoas de forma desinteressada e sem julgamento retribuem com outros relatos, isso cria laços entre as pessoas, o que muitas vezes ajuda no enfretamento do problema.

Outro exemplo citado por ele é a doação de órgãos, que opera na lógica da Dádiva, mas nela percebe-se que o Estado acaba por regular essas trocas, apesar de Godbout (1999) apontar que os dois operam por princípios diferentes. Isso seria exemplos de Dádivas que convivem com estruturas com estado e mercado.

Godbout (1999) aponta que houve várias interpretações sobre a Dádiva, mas ele destaca todas elas a partir de três eixos, que são: Interpretação Econômica, Interpretação Indígena, Interpretação Intercambialista-Estruturalista. Na primeira ele critica alguns autores que postularam que a Reciprocidade se daria pelas necessidades econômicas. Godbout (1999) afirma que a lógica de acumular não se aplica a Dádiva, pois o objeto tem que circular. No segundo, se encontra o próprio Mauss, e sua análise sobre o espírito da coisa dada, e por fim na última, a premissa de Lévi-Strauss, em que a Dádiva e sua obrigação de dar, receber e retribuir,

não passaria de simples trocas. Godbout critica as ideias economicistas e estruturalistas e faz uma defesa de Mauss.

Em ambas as interpretações da Dádiva, os objetos têm um valor, seja econômico ou simbólico, então qual seria o sentido deles? Godelier (2001) escreve que eles possuem três características, a saber: são inúteis na atividade cotidiana, sua abstração, ou seja, as representações simbólicas presentes neles e a sua beleza.

No campo das sociabilidades, ele aponta que Dádiva prevalece nas alianças que são estabelecidas no parentesco, amizade e outros. É isso que mantêm as sociedades coesas, a noção tripartite de Dar, receber e restituir.

Ele traz uma questão que Godbout (1999) trouxe em sua obra, que foi como a Dádiva está presente nas relações familiares. Segundo ele, o aprendizado mais importante que existe é a ideia de dar algo, sem esperar nada em troca:

A criança, diante de sua fatia de bolo, diz à mãe: "Vou comer, é minha parte, é meu direito, me pertence". A mãe responde: "Você tem razão, é seu direito. Tudo o que peço é que você dívida o seu pedaço com o seu amigo, que acabou de chegar. Você reparte se quiser, porque tem o direito de ficar com o pedaço todo para você". Nesse exemplo, vemos surgir a diferença entre o aprendizado dos direitos e o aprendizado da dádiva, esse "excedente necessário", além do direito e ao mesmo tempo condição dos direitos. É, aliás, o aprendizado mais importante para "dar certo" na vida: aprender a dar sem nada pedir em troca. Podemos até pensar que esse aprendizado tem mais importância do que o sucesso escolar e que todos os outros desempenhos desse tipo, que nada mais são que instrumentais, mas que são objeto da atenção quase exclusiva dos utilitaristas... e de muitos pais que não compreendem que seus filhos se sintam tão "mal consigo mesmos, após tudo o que receberam". (GODBOUT, 1999, p.41).

Pode-se afirmar que a Dádiva está engendrada na sociabilidade primária, bem como na secundária, atuando na família, na economia e, como contrato social, nas sociedades sem estado; foi e continua sendo importante nas relações sociais. Ela não é meramente troca, como Lévi-Strauss afirmava indo além: ela está presente em todos os aspectos da vida social. Por isso é como Mauss afirma que se trata de um fato social total.

Assim é possível pensar suas características em diversas sociedades, e é o que vamos fazer, ao analisar a reciprocidade em algumas etnias indígenas brasileiras, ao descrever como sua lógica opera no interior dessas sociedades.

4 A DÁDIVA NO ÂMBITO DA DISCIPLINA HISTÓRIA AFRO E CULTURA INDÍGENA

4.1 A DÁDIVA ENTRE POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Como vimos, a Dádiva ocupa papel importante nas relações sócias, sendo um fato social total, que atravessa as relações políticas, culturais e econômicas. Ela ocupa papel importante em diversas sociedades. Agora iremos analisar como a Reciprocidade está presente nas sociedades indígenas no Brasil.

Uma delas se encontra nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são a etnia *Mbya-Guarani*¹³. Esta etnia foi objeto de um estudo etnográfico realizado pela

¹³ Povo indígena que vive no sul do Brasil, com uma população aproximada de 27.000 pessoas. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya#:~:text=A%20população%20Mbya%20atual%20estaria,em%20torno%20de%2027.380%20pessoas.> Acesso em 25/06/2024.

pesquisadora Valéria Soares Assis, que passou cerca de 7 anos (1995-2002) com esta etnia e relatou como a Dádiva está presente entre eles. Segundo ela, a Dádiva é importante para as relações que são estabelecidas entre os povos indígenas:

A circulação dos objetos inclui, igualmente, as relações que se estabelecem pela via das trocas mercantis. Nas trocas mercantis, é possível afirmar que a relação social termina quando se conclui a troca (geralmente, um objeto por dinheiro). As coisas valem somente entre elas e muitas vezes restringem-se a um valor monetário. Muito distinto da troca enquanto dádiva, em que as coisas valem pelo que vale a relação. Trata-se de uma troca entre coisa e pessoa. (ASSIS, 2006, p. 22.)

Pensar a reciprocidade entre as comunidades indígenas contribui para compreender como ela opera, assim como perceber as semelhanças e diferenças com outros processos abordados no capítulo 2. O trabalho da autora parte da cultura material como o principal elemento analítico da Dádiva entre os *MBYA*. Segundo ela, existem três tipos de abordagem, que são os principais:

O primeiro aborda prioritariamente a produção, destacando-se a temática da tecnologia (Lemonnier, 1992). O segundo centra-se na ideia de circulação, desenvolvida a partir do clássico trabalho de Mauss (1974), O Ensaio sobre o Dom. O terceiro, por fim, evidencia especialmente a problemática contemporânea das relações de consumo, pensando-a não como alienação (perspectiva clássica marxista), mas como uma relação na qual os objetos consumidos passam a integrar o universo material particular, não só no âmbito físico, mas igualmente no simbólico (Miller, 1987, Baudrillard, 1997 e Sahlins, [1976] 2003). (ASSIS, 2006, p.15).

Os dois últimos autores foram revisitados por nós. Mauss pensa os objetos não como fetichização econômica do sentido marxista, mas como elementos constituintes da vida social. Existe toda uma simbologia nas coisas que circulam, mas elas não devem ser acumuladas e sim compartilhados em um processo cíclico.

Assis (2006, p.35) reflete acerca da falta de trabalhos sobre a Dádiva entre os grupos Indígenas do Brasil, que fica claro no levantamento feito e na dificuldade encontrada sobre trabalhos nessa perspectiva. Assim, apesar da Dádiva ser um conceito com amplos debates, houve pouca produção sobre a temática no Brasil.

Entre os *Mbya-Guarani* a reciprocidade recebe o nome de *Mborayu*, e as relações ocorrem através do *Jopói e Potirõ*.

O Potirõ é uma atividade coletiva em que a participação é limitada aos *Mbya*, restringindo-se aos grupos locais aliados. O Potirõ é uma ação coletiva pautada no sistema da dádiva em que os envolvidos devem compartilhar e

conhecer as mesmas premissas socio-cosmológicas. Ou seja, o Potirõ é algo interno a sociedade e, portanto, não se concebe a participação de estrangeiros. Isso não quer dizer que o Potirõ prescindia de relações com a sociedade englobante. A escassez de recursos citada anteriormente tem sido o principal aspecto que impele os grupos locais interessados na execução desta atividade a procurar algum tipo de apoio na sociedade englobante. (ASSIS, 2006, p 159-160).

Os Dons e Contradons ocorrem através do *Potirõ*, um mutirão que acontece na construção de casas e trabalhos coletivos. Os *Mbya-Guarani*, mesmo não vivendo isolados, pois precisam estabelecer relações com a sociedade englobante, convivem com a lógica do mercado, que não submete os preceitos da Dádiva. Como a autora afirma a partir de outros autores:

Vários autores (Monjaret, 1998; Godbout, 1998: cap.7 e Caillé, 1998; Weber, 2002 entre outros) argumentam que a presença do dinheiro não exclui a lógica da dádiva em muitas relações sociais e de consumo. Este argumento se aplica ao Potro. Ele permanece inserido na dádiva e o dinheiro é utilizado como uma estratégia econômica que torna viável os aspectos práticos para o evento, mas ele não substitui as relações entre as pessoas e nem é aplicado para traduzir em bens monetários as atividades exercidas ali. (ASSIS, 2006 p.167).

O enfoque de Assis é principalmente na Dádiva de trocas materiais, mas os elementos naturais dos *Mbya-Guarani* são importantes nesse processo, visto que “a relação não é direta com a natureza, mas intermediada pelos já donos das coisas. O canto e, simultaneamente, dádiva e pedido para que seus bens possam ser doados.” (ASSIS, 2006, p.169). Isso vai de encontro ao que Mauss propôs sobre o *Hau e Mana*, que são elementos presentes nos objetos que circulam. Assim, a natureza está presente nas Dádivas realizadas entre os *Mbya-Guarani*.

4.2 JOPÓI – DÁDIVA

A Dádiva, como conceito criado por Mauss, recebe nomes diferentes entre os grupos sociais. Entre os *Mbya-Guarani* ela recebe o nome de *Jopói*, que significa troca, essa prática é muito comum entre eles, e serve como elemento de unidade:

Os bens que circulam entre os próprios Mbya, ou seja, entre os grupos locais, se dão, prioritariamente, através do *Jopói*. *Jopói* possui uma significação que oscila ora para o sentido de troca, ora para o de presente, dádiva. Segundo Cadogan (1992, p. 70), é um prefixo que possui o sentido de forma recíproca, como em “joecha jyy”, que significa “voltaram a se ver”. (ASSIS, 2006, p.218-219).

Essas trocas funcionam para os bens materiais que circulam, passando a ter, como afirma Bourdieu (1996), um sentido simbólico, já que não são simplesmente trocas, mas carregam uma série de representações simbólicas. Além disso, essas Dádivas estariam na lógica da Reciprocidade generalizada, de acordo com Florenzano (2004).

Outro princípio singular no *Jopói* é o fato de não poder recusar um pedido feito por outra pessoa, similar à perspectiva de Mauss da Dádiva, um ato desinteressado, porém obrigatório, e as pessoas não podem recusar os Dons oferecidos. Entre os *Mbya-Guarani* é comum pedir, e se o outro recusar, isso quebra o contrato implícito que mantém o grupo unido.

Assim, o elogio é uma forma implícita de manifestar interesse. Da mesma forma, é deselegante e ofensivo, ao perceber o interesse do outro, não oferecer-lhe aquilo que deseja. Mais que isso, não fazer o oferecimento implica em não agir de acordo com o princípio do *Mborayu*. Fato este que pode redundar no rompimento de alianças e queda do prestígio. A pressão social para o cumprimento destes princípios encontra-se interiorizada nos atores sociais. Não oferecer indica avareza. (ASSIS, 2006 p.225).

Aqui percebemos o que Sahlins (1983) diz sobre a Dádiva funcionar como contrato social, mesmo que os *Mbya-Guarani* convivam com o aparato estatal, não anula o fato de a Reciprocidade manter laços de união até mesmo com outros grupos e ele organizar a vida em sociedade. Além disso, como Godbout (1999) diz que atualmente tanto estado, economia e Dádiva conviverem juntos, os *Mbya-Guarani* mostram essa afirmação do autor.

Os *Mbya-Guarani* comercializam artesanatos, na estrutura da economia mercantil, mas os recursos arrecadados entram no princípio da Dádiva, e naquilo que Sahlins (1983) dizia sobre sociedades da abundância, já que não pode acumular, tudo tem que ser revertido e oferecido com Dons aos outros da comunidade. Quem não opera nessa lógica sai da comunidade. Assis (2006) cita o caso de um indivíduo que foi obrigado a sair, porque não queria redistribuir o dinheiro que ganhava.

A restrita circulação do dinheiro internamente, assim como a sua não acumulação e conversão rápida em bens efetivamente consumíveis demonstram que o sistema de dádiva e o sistema mercantil são tratados de forma distinta, marcando o caráter das relações que se quer com cada um deles. Observa-se ainda, que aquilo que se obtém no sistema mercantil é submetido ao sistema de dádiva. Ou seja, as modalidades de troca com a sociedade englobante estão a serviço da dádiva nativa. (ASSIS, 2006, p.295).

É a Dádiva que se impõe à economia mercantil, isso representa uma resistência a práticas do mercado, ao subordinar ela à Reciprocidade.

A autora traz algumas comparações entre o *Kula* e o *Potirã*, uma delas é no campo do sagrado. Enquanto no primeiro os objetos circulam por possuírem uma força, que faz com que eles circulem, no segundo eles só se sacralizam na medida que circulam. As apropriações tendo a Dádiva com princípio variam bastante entre os grupos estudados:

As trocas para a obtenção de objetos rituais Mbya também apresenta particularidades distintas se comparadas ao modelo clássico das trocas clássico. Na perspectiva Mbya os objetos são trocados para se tornarem sagrados (enquanto os objetos trobianeses circulam por serem sagrados) e uma vez transformados em sagrados, eles se tornam singulares e não podem mais circular. O objeto dado deixa de ter relação com quem o detinha, que era seu produtor, e passa a ser um bem inalienável de quem o adquiriu. O objeto não se vincula a quem o fez, mas a quem o tem e o utiliza. (ASSIS 2006, p.312).

Assim como o *Kula*, o *Jopói* carrega a visão da etnia e sua cosmologia através da Dádiva, não são simples objetos que circulam, mas toda uma questão ritualística na lógica da Reciprocidade, e que por consequência mantem a coesão do grupo.

A ação de dar os objetos rituais, numa rede de trocas amplas, gera uma circulação não de objetos, mas do poder xamanístico e com ele dos valores socio cosmológicos da etnia. Explicando melhor, não será o mesmo objeto que uma vez dado, voltara ao circuito de trocas como acontece no *Kula*. Será um outro objeto, semelhante aquele que será a contrapartida, a retribuição. O que circula e o modelo do objeto, que e o objeto ideal divino. Esta circulação permite o compartilhamento de valores, consistindo numa estratégia para a unidade social. (ASSIS, 2006 p.223).

Como percebemos entre os *Mbya-Guarani* a dádiva se manifesta por essas duas formas, *Jopói* e *Potirã*. Já na etnia *A'uwe-Xavante* a reciprocidade recebe outras formas, é o que abordaremos agora.

4.3 A 'UWE-XAVANTE

Os *A'uwe-Xavante*¹⁴ são uma etnia que vivem no atual estado do Mato Grosso, e assim como outras etnias sobreviveu ao processo de colonização. Eles têm cerca de 12 territórios indígenas demarcados. Falleiros (2005), em seu trabalho de pesquisa, analisa a Dádiva entre eles, em particular a Dádiva que ocorre de forma negativa e de disputa, tipos também analisados por Mauss e Sahlins. A Dádiva ocorre de forma negativa e de disputa, assim na Reciprocidade *A'uwe-Xavante*.

¹⁴ <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>> Acesso em 25/06/2024.

[...] do ponto de vista masculino, a predação – que procurei caracterizar como um tipo especial de dádiva negativa – algumas vezes apareceria como um elemento comum e anterior às dádivas positivas que são o dom alimentar e o dom dos nomes, dons de aparentamento íntimo. (FALLEIROS, 2005, p. 114).

Falleiros trabalha com duas categorias entre os *A'uwe-Xavante*, que são as casas de solteiros e casados. Elas operam em círculo, ora de rivalidade na Reciprocidade negativa, ora de forma generalizada.

Um exemplo da Dádiva é a escolha de nomes entre eles, essa troca mantém vínculos. Outro exemplo citado, mas em menor escala é a circulação de mulheres, que segue a linha desenvolvida por Lévi-Strauss. Os endividamentos são outro exemplo citado, visto que eles passam da Dádiva negativa para a generalizada:

Em ambos os casos, haveria uma situação não recíproca de endividamento. O *ĩ'ari*, situado como credor por ter cedido ao outro (o *ĩtsa'omo*) sua irmã e sua casa – uma dívida que não se espera que o *ĩtsa'omo* “salde” –, estabeleceria contra seu cunhado uma prática de dádiva negativa, tomando suas coisas (prática que, aliás, não se espera que o outro “retribua” – de modo que, num escalão menor, o de objetos que circulam num nível menos importante que o de circulação de mulheres, concluiria-se que o *ĩtsa'omo* também se torna credor de seu cunhado). Mas essa tensão entre cunhados iria arrefecendo com o tempo e com o estabelecimento de novas relações – ao receber os filhos de seu *ĩtsa'omo* como “afilhados” pode-se imaginar que um homem adquira uma dívida semelhante à dívida de uma mulher (irmã de um e esposa do outro), porém nunca idêntica, ao passo que importaria-se também uma circulação de dons de agradecimento (bolos como gratidão por se tornar “padrinho” – *dañorebdzu'wa* – dos filhos do cunhado) em sentido inverso ao das dádivas negativas que o *ĩ'ari* fazia. É como se a condição de endividamento negativo não mútuo caminhasse para uma condição de endividamento mútuo positivo, ao passo que a *ri* fosse passando, um pouco imprecisamente, de uma metade exogâmica à outra. (FALLEIROS, 2005, 2006, p.122).

Como se percebe pelos casos abordados, a Dádiva convive com outras estruturas sociais como a economia de mercado e estado, já bem definido por Godbout (1999). A reciprocidade continua a ser praticada pelas pessoas como uma alternativa ao utilitarismo que tomou conta das relações sociais, fruto do sistema econômico, que visa as relações efêmeras, e que se reproduz em outras estruturas com a lógica do descarte e a não manutenção de laços.

Podemos observar por esses trabalhos acadêmicos a utilização do conceito de reciprocidade em sociedades indígenas brasileiras, que nos parece estar invisibilizada no ensino de história da temática indígena. Neste sentido, a reciprocidade, a partir de uma perspectiva etnológica pode contribuir para um melhor entendimento de uma forma diferenciada de relações econômicas e sociais, tanto de sociedades indígenas do passado, quanto de grupos indígenas

atuais. Abordar o tema na disciplina História Afro e cultura indígena é um grande desafio, pois por meio de um olhar historiográfico é possível estabelecer diferenças entre o passado e o presente, na medida em que é possível analisar a importância da reciprocidade em sociedades indígenas atuais como um elemento estruturante e mesmo dominante, em uma sociedade capitalista. Por outro lado, trazer o estudo da reciprocidade nas sociedades indígenas atuais remete às mudanças dessas sociedades e o papel que a reciprocidade tem nas mesmas, que já se modificou, em razão da presença do mercado e do capitalismo.

5 PRODUTO DE ENSINO – SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Apresentação

O produto final desta pesquisa consiste em trabalhar uma unidade didática, a partir da aprendizagem por projetos. A estrutura da unidade didática será trabalhar na perspectiva de conteúdo, distribuídos em quatro etapas em que os professores desenvolvem com os alunos nas três primeiras etapas, as habilidades necessárias para que eles ao longo do processo desenvolvam o produto final.

A “Feira da Dádiva” será a culminância da sequência Didática. Nela, eles trocariam coisas e atribuíram equivalências sobre elas. Isso contribui para pensar a ideia de economia como uma experiência vivida no seio da comunidade para atender as nossas necessidades, não algo abstrato e natural.

Neste sentido, procuraremos explorar as práticas que não são dominantes em nossa sociedade, dominada pela ideia de lucro, mercado e consumo, que, no atual estágio da civilização, tem alimentado uma perspectiva predatória.

A “Feira da Dádiva” será uma experiência na qual as trocas serão feitas, a partir de valores atribuídos aos objetos pelos discentes, em que o padrão atual para mediação das trocas, o dinheiro, não estará presente. Essa ausência é fundamental para se alcançar o objetivo de que tudo que é trocado assume um valor social, construído a partir de nossos valores culturais e necessidades. A sequência didática será desenvolvida em cinco aulas, cerca de um mês, com o seguinte cronograma:

AULA 1 – Roda de conversa sobre a economia e seu funcionamento.

AULA 2 – Leitura dirigida dos textos sobre a dádiva

AULA 3 – Atividade resumo dos textos

AULA 4 - Feira da dádiva

AULA 5 – Atividade autoavaliativa.

5.1 OBJETIVOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A presente sequência Didática visa trabalhar conceitos como economia, trocas e história indígena, propondo aos alunos pensarem como os processos socioeconômicos não são naturais, mas construídos socialmente e culturalmente no tempo e espaço. Para tanto, os alunos devem se apropriar do conceito de Dádiva como elemento central dessa sequência. No percurso de aprendizagem histórica tem-se como objetivos específicos:

- **Refletir sobre outras possibilidades de relações econômicas além do capitalismo;**
- **Pensar a Dádiva entre as sociedades indígenas no Brasil;**
- **Apresentar o produto final sobre as habilidades desenvolvidas durante a Sequência Didática.**

COMPETÊNCIAS BNCC

- Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles;

- Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global;
- Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

HABILIDADES BNCC

- (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos;
- (EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
- (EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção e descarte (reuso e reciclagem) de resíduos na contemporaneidade e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental e o consumo responsável;
- (EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos econômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta;
- (EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica.

Recursos utilizados:

Internet

Computador

Lousa

AULA 1 - Roda de conversa sobre a economia e seu funcionamento

Primeiro Passo – Roda de conversa

O Professor vai explorar os conhecimentos prévios dos alunos sobre o sistema econômico vigente, suas vantagens e desvantagens. Em seguida, os alunos vão ao quadro e colocam suas ideias iniciais.

Segundo Passo – sondagem sobre as ideias iniciais dos alunos sobre o tema

Na primeira etapa é feita uma roda de conversa com os alunos sobre a percepção deles sobre a economia e seu funcionamento. Os alunos deverão anotar em um quadro suas ideias sobre determinados conceitos.

CONCEITOS	IDEIAS
ECONOMIA	
TROCA	
VALOR	
DINHEIRO	

AULA 2 – Leitura dirigida dos Textos sobre a Dádiva

Aqui o Professor trabalha o conceito de Reciprocidade como elemento fundamental das relações sociais em determinadas sociedades. Nesta aula o professor fará uma leitura dirigida com os alunos dos dois textos a seguir:

Texto 1

O QUE É DÁDIVA

Olá meus caros alunos, espero que estejam bem. Dito isso, vamos explicar como funciona a Dádiva a partir de textos de Marcel Mauss e Marshall Sahlins, importantes antropólogos. É difícil imaginar uma sociedade na qual a lógica do ganho e acúmulo não exista, já que nascemos em um sistema econômico que tem sua existência nesses princípios. Portanto, é complicado imaginar outros modelos econômico-sociais alternativos, mas existem e a Dádiva

é um deles. Ela também pode ser chamada de Reciprocidade, e tem como princípios o Dom e Contradom, que são atos de dar algo e retribuir.

Vamos supor que você tenha um objeto não só de uso, mas que possua importância sentimental também. Em determinadas sociedades você ofereceria esse objeto na forma de Dom a determinada pessoa, que teria a obrigação de retribuir com outro objeto de valor emocional também. Percebam que as trocas não são sustentadas somente em obter vantagens, mas de criar vínculos entre as pessoas, já que os objetos que circulam têm importância para elas: quando você oferece uma Dádiva que tem significados importantes, você quer estabelecer vínculos com essa pessoa, que também lhe oferece outra Dádiva de notório valor pra ela.

Segundo Sahlins (1970), existem três tipos de Reciprocidade: Generalizada, negativa e equilibrada. A generalizada funciona de forma altruísta, as Dádivas não precisam ser retribuídas de forma imediata, elas podem ter um lapso temporal nas trocas. Na Reciprocidade negativa, temos como característica a obtenção de vantagens nas trocas, os indivíduos tentam obter o máximo de vantagens através da Dádiva. E para finalizar temos a Reciprocidade equilibrada que consiste em trocas simultâneas, sem lapso de tempo e, no geral, se equivalem. Assim, na prática didática, o tipo de Reciprocidade que será operacionalizado na Feira da Dádiva é a equilibrada.

Como Mauss (2008) salienta, o sistema da Dádiva foi usada em muitas sociedades e tempos. Ela era o elemento que mantinha as sociedades unidas, pois não era somente algo comercial, mas também moral, cultural e afetivo, estando presente ainda hoje e convive com a lógica de mercado. Exemplos da Dádiva no cotidiano, segundo Godbout (1999), são a doação de órgãos e os alcoólicos anônimos. No Brasil temos tribos indígenas que operam através do sistema da Dádiva e ela é o sistema preponderante, mas esse assunto fica para o próximo texto.

Autor: Paulo Henrique Silvério (2025). Texto elaborado a partir dos livros **“Ensaio sobre o Dom”** de Marcel Mauss, (2008); **“Sociedades Tribais”** de Marshall Sahlins (1970) e espírito da Dádiva de Jacques Godbout (1999).

Texto 2

A RECIPROCIDADE ENTRE TRIBOS INDÍGENAS BRASILEIRAS

A Dádiva ocorre entre alguns grupos indígenas brasileiros, a exemplo dos Mbya-Guarani, que vivem entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também entre os *A'uwe-Xavante*, que habitam o estado do Mato Grosso.

Entre os *Mbya-guarani* a reciprocidade recebe o nome de *Mborayu*, as Dádivas ocorrem sob duas formas, que se chamam *Potirõ* e *Jopói*. O *Potirõ*, segundo Assis (2006), é permitido somente entre os *Mbya-guarani*, sendo proibido às pessoas que não fazem parte da etnia praticar essa reciprocidade. Podemos classificar essa prática como do tipo de Reciprocidade generalizada.

Já o *Jopói* é uma prática mais utilizada e seu sentido são as trocas imediatas, mantendo os vínculos e laços da comunidade. Segundo Assis (2006), apesar de terem relações econômicas como a sociedade englobante, os valores monetários, advindos dessas práticas são obrigados a entrarem na lógica da Dádiva, pois acumular, entendida como prática de egoísmo e sinal de avareza, não é vista com bons olhos. Isso contrasta como nossa sociedade, baseada em princípios individualistas e de acúmulo, voltada para o lucro.

Entre os *A'uwe-Xavante* é comum a reciprocidade ocorrer através da possibilidade de indivíduos, que não são os pais, colocarem o nome de alguma criança de outro indivíduo, e posteriormente aceitarem um nome escolhido por outra pessoa para seus filhos. Parece algo simples, mas não é: pensem em seus nomes, em nossa sociedade, sob responsabilidade, em geral, dos pais. Isso tem uma grande importância na definição de nossa identidade. Portanto a reciprocidade na definição de nomes, que escapa do âmbito familiar mais direto, carrega um grande simbolismo, além de manter e reforçar o vínculo entre a etnia *A'uwe-Xavante*.

Como vimos a Dádiva tem muito a nos ensinar, um deles é sobre a lógica de acúmulo e individualidade do nosso sistema econômico, que, no geral, produz muita desigualdade. Portanto se faz necessário pensar outros modos de sistema econômico que coloque o bem estar da coletividade como importante. Por isso mãos à obra na preparação da Feira da Dádiva em sua escola.

Autor: Paulo Henrique Silvério (2025). Texto elaborado a partir das obras “**Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social mbya-guarani**” de Valéria Soares De Assis (2006); e “**A Dádiva e o círculo: Um ensaio sobre reciprocidade A'uwe-Xavante**” de Guilherme Lavinas Jardim Falleiros (2005).

AULA 5 – Atividade autoavaliativa

Os alunos vão realizar uma auto avaliação sobre a Feira da Dádiva que realizaram e responder as seguintes perguntas:

Perguntas de auto avaliação

Por que esse objeto foi escolhido? E quais elementos o tornam importantes.

Por que escolheu a pessoa para oferecer o Dom?

E o Contradom foi direcionado a determinada pessoa por qual motivo?

O que você pensa sobre a Dádiva?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta dissertação foi a constatação da dificuldade que os professores da rede estadual Baiana têm em encontrar materiais didáticos para trabalhar a disciplina de “História Afro e Cultura Indígena”. O enfoque deste trabalho foi com a temática indígena e, com o decorrer da escrita, percebe-se que apesar dos avanços que as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 trouxeram, ainda há lacunas a serem preenchidas com materiais específicos sobre as temáticas Afro e Indígena, portanto nesse trabalho procura-se contribuir com professores e alunos para avançar da disciplina e das leis.

Dentre tantas possibilidades de se trabalhar a temática e cultura indígena, este trabalho versa sobre o conceito da Dádiva e Reciprocidade, que é o sistema de trocas baseado em “dar, receber e retribuir”. O objetivo central foi, portanto, investigar como as práticas de dádiva presentes em grupos indígenas brasileiros poderiam ser compreendidas e transpostas para o

ensino de História, culminando na elaboração de uma proposta pedagógica, a sequência didática a partir da temática.

O percurso deste trabalho iniciou-se com a análise do arcabouço legal e normativo que rege o ensino de História e a temática indígena no Brasil, desde a Constituição de 1988 até a BNCC e as Diretrizes Curriculares da Bahia. Essa análise evidenciou a importância crescente dada à diversidade cultural e à necessidade de superar visões estereotipadas dos povos indígenas.

Em seguida, aprofundou-se o referencial teórico sobre a dádiva, revisitando os trabalhos de Marcel Mauss, Karl Polanyi e Marshall Sahlins. Mauss, com seu "Ensaio sobre o Dom", revelou a Dádiva como um "fato social total", que estrutura diversas sociedades a partir da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, transcendendo a mera troca econômica. Polanyi destacou a reciprocidade como princípio de integração social alternativo ao mercado. Sahlins, por sua vez, ofereceu uma tipologia da reciprocidade e argumentou sobre seu papel como forma primordial de contrato social. Outros autores, como Bourdieu, Lévi-Strauss, Godelier, Caillé e Godbout, enriqueceram a compreensão do conceito, abordando suas dimensões simbólicas, estruturais, políticas e persistência na contemporaneidade.

A Base teórica serviu na análise de trabalhos sobre as práticas da Dádiva em algumas etnias indígenas brasileiras, os *Mbya-Guarani* e os *A'uwe-Xavante*. Verificou-se como, para os *Mbya*, o *Jopói* (dádiva/troca) e o *Potirõ* (trabalho coletivo), não são apenas mecanismos de circulação de bens, mas fundamentos da coesão social, que resiste inclusive à lógica mercantil imposta pela sociedade englobante. Entre os *A'uwe-Xavante* observou-se a dinâmica entre diferentes formas de reciprocidade (negativa e positiva), manifesta, por exemplo, na troca de nomes e nas complexas relações de endividamento e aliança.

Esses estudos de caso demonstram como a Reciprocidade não é uma prática do passado, mas presente nessas comunidades, servindo como forma de resistência e um marcador importante de identidade. A Dádiva coexiste com estruturas como o Estado e o Mercado, em que se resignificam as práticas capitalistas para a lógica da Reciprocidade.

A principal contribuição deste trabalho é o Produto de Ensino – Sequência Didática (Capítulo 4). Ela articula os conceitos da Dádiva com a prática pedagógica no Ensino Médio. A estrutura trabalha a partir de leituras e atividades durante as aulas e sua conclusão ocorre com a Feira da Dádiva. A tipologia escolhida para a feira, segundo a divisão de Sahlins (1970), é a reciprocidade equilibrada, em que as trocas não possuem lapso temporal.

Ao propor uma atividade prática onde os alunos vivenciam a troca sem a mediação do dinheiro, atribuindo valor social aos objetos, a sequência didática visa não apenas ensinar sobre a dádiva, mas fomentar reflexão a partir dela. Assim, este produto educacional procura auxiliar os professores da rede estadual da Bahia (e potencialmente de outras redes) a abordar a temática indígena de forma inovadora, cumprindo os preceitos legais e normativos.

Esta pesquisa também possui limitações, entre elas a análise da dádiva indígena baseou-se em um número restrito de estudos etnográficos (os *Mbya-Guarani* e *A'uwe-Xavante*). A imensa diversidade dos povos indígenas no Brasil implica uma variedade ainda maior de sistemas de reciprocidade, cujas especificidades não puderam ser abarcadas neste trabalho. Seria enriquecedor, em pesquisas futuras, ampliar o escopo da investigação para incluir outras etnias e regiões, aprofundando a compreensão das múltiplas manifestações da dádiva no território brasileiro.

O segundo ponto é a própria transposição didática dos conceitos para o Ensino Médio. Embora a sequência didática tenha sido elaborada com o intuito de ser acessível, sua aplicação prática pode demandar adaptações por parte dos professores, a depender do contexto específico de cada turma e escola. A linguagem utilizada nos textos de apoio e a dinâmica das atividades propostas podem necessitar de ajustes para garantir a compreensão e o engajamento dos estudantes.

Como limitação, a pesquisa não consegue acompanhar os resultados da aplicação do produto pedagógico. Assim em trabalhos futuros abre-se a possibilidade de abordar o impacto deste trabalho na dinâmica escolar. Em outra frente, ocorre a perspectiva de produção de outros materiais a partir da temática da Dádiva.

Esta pesquisa buscou demonstrar que o estudo da Dádiva entre os povos indígenas do Brasil tem uma relevância social e pedagógica, em que pode levantar reflexões sobre nossa sociedade e seu funcionamento.

A lógica da Dádiva opera nas relações mútuas, em que se criam vínculos sociais entre as pessoas. Ela vai em sentido contrário à perspectiva do mercado, que é centrada no interesse individual e na acumulação. Ao trabalhar com os estudantes essa temática, eles são convidados a perceber que a economia não é um dado natural, mas uma construção social e cultural, e que existem outras formas de organizar as trocas e a vida em comunidade

No contexto específico da educação baiana, a sequência didática sobre a dádiva visa contribuir para a efetiva implementação da disciplina “História Afro e Cultura Indígena”, em que oferece um recurso prático para os professores. Espera-se que, ao trabalhar essa temática,

os educadores possam não apenas cumprir o currículo, mas também engajar os alunos a refletir sobre que sociedade queremos construir.

Pensar a Reciprocidade indígena no ensino de História é ampliar os horizontes das nossas alunas e alunos. É pensar no coletivo em primeiro lugar em detrimento da lógica individualista e predatória do sistema capitalista. Que esta dissertação e seu produto educacional possam, de alguma forma, contribuir para esse aprendizado e para a construção de um futuro mais justo.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Valéria. **Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani**. Tese de doutorado, Antropologia, UFRGS, 2006.
- BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia: Etapa do Ensino Médio**. Secretaria de Educação do Estado da Bahia/SEC, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom**. *Mana*, 2(2), 7-20. doi: 10.1590/S0104- 93131996000200001. (1996).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, 1997.
- CAILLÉ, Allan. **O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo**. *Sociedade e Estado*, 16(1-2), 26-56. doi: 10.1590/S0102-69922001000100003. (2001).
- CAILLÉ, Allan. **Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 5-38. doi: 10.1590/S0102-69091998000300001. (1998).
- CARVALHO, Alexandre Galvão. **Reciprocidade, interação social e profetismo no mundo antigo**. Vitória da Conquista, Edições UESB. 2004.
- CARVALHO, Alexandre Galvão; GIRARDI, Lucas Werlang; FIGUEIREDO, Carolina Ferreira de. **Diálogos entre a História Antiga e o ensino de História: a História global no currículo da BNCC do sexto ano**. *Revista Transversos*. Dossiê: O futuro do passado: Desafios para o Ensino da História nas escolas numa perspectiva global. Rio de Janeiro, nº. 23, 2021. pp. 252-274. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/62762>>. ISSN 2179-7528. doi: 10.12957/transversos.2021.62762
- FALLEIROS, Guilherme Lavinias Jardim. **A dádiva e o círculo – um ensaio sobre reciprocidade a’uwê-xavante**. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade de São Paulo. 2005.
- GODBOUT, Jacques. T. **O espírito da dádiva**. Lisboa, PT: Instituto Piaget. 1992.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2001.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. **A reciprocidade e a Grécia Antiga** In: Alexandre Galvão Carvalho. (Org.). **Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo**. 1ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 43-66. 2004.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss**. In: MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1968.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre o Dom**. 2 Reimpressão. São Paulo. Cosac Naify. 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2000.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais**. 1970.

SAHLINS, Marshall. **Economía de la edad de piedra**. 2ª edição. Madrid. Akal editor, 1983.